

ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 29-4-2024.

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovani Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Aldacir Oliboni, Claudio Janta, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Idenir Cecchim, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 003/23 (Processo nº 1084/23), de autoria de Psicóloga Tanise Sabino e Conselheiro Marcelo; o Projeto de Lei do Executivo nº 008/24 (Processo nº 0307/24), encaminhado através do Ofício nº 1273/24, do Prefeito; o Projeto de Lei do Legislativo nº 172/23 (Processo nº 0340/23), de autoria de José Freitas; o Projeto de Lei do Legislativo nº 013/24 (Processo nº 0026/24), de autoria de Claudio Janta; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 096, 157 e 160/24 (Processos nºs 0197, 0300 e 0303/24, respectivamente), de autoria de Idenir Cecchim; o Projeto de Lei do Legislativo nº 103/24 (Processo nº 0212/24), de autoria de Roberto Robaina; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 136/24 e 162/24 (Processos nºs 0266/24 e 0308/24, respectivamente), de autoria de Biga Pereira; o Projeto de Lei do Legislativo nº 141/24 (Processo nº 0273/24), de autoria de Lourdes Sprenger; o Projeto de Lei do Legislativo nº 155/24 (Processo nº 0295/24), de autoria de Hamilton Sossmeier; o Projeto de Lei do Legislativo nº 576/23 (Processo nº 0973/23), de autoria de Prof. Alex Fraga; o Projeto de Resolução nº 036/24 (Processo nº 0291/24), de autoria de Ramiro Rosário; e o Projeto de Resolução nº 037/24 (Processo nº 0297/24), de autoria de Tiago Albrecht. A seguir, foi aprovado Requerimento firmado por Comandante Nádia, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia dois ao dia quatro de maio do corrente ano. Foi apregoado Requerimento firmado por Engº Comassetto, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia vinte e nove de abril ao dia três de maio do corrente ano. Na oportunidade, o Presidente declarou empossado na vereança o suplente Everton Gimenis, informando-lhe que integraria a Comissão de Constituição e Justiça - CCJ. Foi apregoado Requerimento firmado por Alvoni Medina, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia vinte e três de abril do corrente ano. Foi apregoada Justificativa de Falta de Tiago Albrecht, entre os dias oito e nove de maio do corrente ano, a fim de participar de Audiência Pública promovida pela

Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, relativa ao PLP nº 12/2024, que trata da relação de trabalho em operadoras de aplicativos, em Brasília – DF, (SEI nº 298.00017/2024-27). Ainda, foi apregoada Representação Externa de Cláudia Araújo e de Comandante Nádia no dia oito de maio de 2024, a fim de participar de reunião com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (Oitiva da CPI da CEEE Equatorial), em Brasília – DF (SEI nº 342.00004/2024-84). Após, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Arcione Piva, Presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio de Porto Alegre (Sindilojas Porto Alegre), que se pronunciou acerca da décima primeira Feira Brasileira do Varejo. Em prosseguimento, nos termos do artigo 206 do Regimento, Comandante Nádia, Adeli Sell, Aírto Ferronato, Cassiá Carpes, Idenir Cecchim, Conselheiro Marcelo e Mônica Leal, manifestaram-se acerca do tema tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e sete minutos às quatorze horas e cinquenta minutos. Ainda, o Presidente solicitou um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Thays Bard Ferreira e às vítimas de incêndio ocorrido na Pousada Garoa, no dia 26 de abril do corrente ano. Na oportunidade, também foi realizado um minuto de silêncio em homenagem a Silvério Roni Martin, Dionatan Cardoso da Rosa, Maribel Teresinha Padilha, Julcemar Carvalho Amador e Anderson Gaúna Corrêa, vítimas do incêndio citado acima e ao músico Albino Manique, por solicitação de Jonas Reis. Ainda, por solicitação de Gilson Padeiro, foi solicitado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Margeonei Choco Figueira e, por solicitação de Idenir Cecchim, um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Heitor Rocha Alves. A seguir, em COMPARECIMENTO, o Presidente concedeu a palavra a Filipe Tisbierék, Coordenador de Empreendedorismo e Microcrédito da Secretaria Extraordinária do Trabalho e Qualificação Profissional, que falou sobre a Semana Municipal do Jovem Empreendedor. Após, o período de COMUNICAÇÕES foi destinado ao Transcurso do Dia do Exército Brasileiro, nos termos do Requerimento nº 002/24 (Processo 004/24), de autoria de Mônica Leal. Compuseram a Mesa: Mauro Pinheiro, presidindo; General de Divisão Anysio Luiz Crespo Alves Negrão, Comandante da 3ª Região Militar, representando o Comando Militar do Sul - CMS; General de Brigada Adilson Akira Torigoe, Chefe do Estado-Maior do CMS; Capitão-Tenente Igor Lira Gomes, representando a Capitania Fluvial de Porto Alegre; Tenente-Coronel Aviador Daniel Galvão de França, representando o 5º Comando Aéreo Regional - COMAR; Coronel Luiz Ernani Caminha Giorgis, Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil; e Tenente-Coronel Hermes Volker, Comandante do 21º Batalhão de Polícia Militar. Na oportunidade, foram registradas as seguintes presenças: Desembargador Amilcar Fagundes Freitas Macedo, Ouvidor do Tribunal de Justiça Militar; Promotora de Justiça Cinara Vianna Dutra Braga, representando o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Delegado de Polícia Civil Marcos Coelho Gonçalves Meirelles, representando a Chefia de Polícia Civil do Estado; Solimar Amaro, Diretor de Relações Institucionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS; Johnny Bertoletti Racic, Presidente da Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Municipal de Porto Alegre – AIAMU; Evandro José Horn, Presidente da

Comissão Especial de Direito Militar da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RS; e Major Jocemarlon Acunha Pereira, representando o Comando de Bombeiros Militar. Em seguida, foi executado o Hino Nacional Brasileiro, pela Banda do 3º BPE e, após, a Canção do Exército, regidas por Leodomar Martins Brás. Mônica Leal, proponente, pronunciou-se em COMUNICAÇÕES. A convite do Presidente, Cinara Vianna Dutra Braga, também se manifestou sobre a homenagem. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e cinquenta e três minutos às quinze horas e cinquenta e nove minutos. A seguir, em COMPARECIMENTO ESPECIAL, o Presidente concedeu a palavra a José Francisco Leal Serra e Marçal Paredes, da entidade Comunidades Portuguesas, que falaram sobre os 50 anos da Revolução dos Cravos. Compuseram a Mesa: Mauro Pinheiro, presidindo; Filipa Mendonça, Vice-Cônsul de Portugal em Porto Alegre; Fernando Lenhart Lopes, Presidente da Casa de Portugal de Porto Alegre; e Antonio Davi Santos da Graça. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e trinta e seis minutos às dezesseis horas e quarenta e quatro minutos. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Fernanda Barth, solicitando adiamento do período de Grande Expediente para a Sessão seguinte. A seguir, em COMPARECIMENTO, Léo Voigt, Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Esporte, tratou sobre o tema: Incêncio na Pousada Garoa, em Porto Alegre. Compuseram a Mesa: Mauro Pinheiro, presidindo; Léo Voigt, Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Esporte; Roberto Rocha, Procurador-Geral do Município; Fernando Ritter, Secretário Municipal da Saúde; Evaldo Rodrigues de Oliveira Júnior, Coordenador-Geral da Defesa Civil; Cristiano Roratto, Presidente da Fundação de Assistência Social e Cidadania. Pronunciaram-se, em COMPARECIMENTO, Biga Pereira, Lourdes Sprenger, Cláudia Araújo, Jonas Reis, Jessé Sangalli, Idenir Cecchim, Cassiá Carpes, Aldacir Oliboni e Adeli Sell. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Roberto Robaina, Fernanda Barth, Ramiro Rosário, Mari Pimentel, Everton Gimenis, Claudio Janta, Karen Santos e Giovanni Culau e Coletivo. Esgotada a duração regimental da Sessão, os trabalhos foram encerrados às dezenove horas e dois minutos, tendo o Presidente convocado os vereadores para Sessão Extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Mauro Pinheiro, José Freitas. Do que foi lavrada a presente ata que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo 1º secretário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Boa tarde. A Ver.^a Comandante Nádia solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 2 a 4 de maio de 2024. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo Requerimento firmado pelo Ver. Engº Comassetto solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia 29 de abril ao dia 03 de maio de 2024. Informamos que já se encontra

em plenário o suplente Everton Gimenis que já procedeu à entrega à Mesa de seu diploma e de sua declaração pública de bens.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Mesa declara empossado o Ver. Everton Gimenis, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Constituição e Justiça- CCJ.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apreciação Requerimento firmado pelo Ver. Alvoní Medina solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia 23 de abril de 2024.

Apreciação justificativa de falta do Ver. Tiago Albrecht, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, que comunica a sua participação na audiência pública relativa ao PLP nº 12/2024, que trata da relação de trabalho em operadoras de aplicativos, promovida pela Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, em Brasília-DF, no período 8 a 9 de maio de 2024.

Apreciação representação externa das Vereadoras Cláudia Araújo e Comandante Nádia, que representarão esta Casa na reunião com a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel (oitava da CPI da CEEE Equatorial), em Brasília-DF, no dia 8 de maio de 2024.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Sindicato dos Lojistas do Comércio de Porto Alegre – Sindilojas Porto Alegre, que tratará de assunto relativo à 11ª Feira Brasileira do Varejo.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Antes do pronunciamento do Sr. Arcione Piva, comunico que estão presentes aqui no nosso plenário os representantes do Geração Caldeira, o Sr. Otávio Marques e a Sra. Milena Bottin Pereira, que estão conversando com os vereadores, sejam bem-vindos. Vieram para explicar como funciona o Instituto Caldeira, que é uma oportunidade para os jovens de 16 a 24 anos que cursaram escolas públicas ou foram bolsistas de acessar, através de um *link* – e também estão convidando os vereadores para que divulguem –, cursos totalmente gratuitos no Instituto Caldeira. Posteriormente, dentre aqueles que fizerem este curso *online*, serão escolhidos 200 alunos para um curso presencial, com direito a uma bolsa de R\$ 3 mil. Então é uma grande oportunidade de aprenderem e de no futuro gerarem emprego, o que tem muito a ver com o nosso Sindilojas, por isso aproveite a oportunidade.

O Sr. Arcione Piva, presidente do Sindilojas, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. ARCIONE PIVA: Boa tarde a todos, boa tarde especialmente ao Presidente Mauro Pinheiro. Em seu nome, estendo meus cumprimentos a todas as vereadoras e vereadores presentes e *online* nesta sessão, autoridades, visitantes aqui presentes, uma boa tarde a todos.

Primeiramente, em nome do Sindilojas Porto Alegre, gostaria de agradecer à Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre pela oportunidade de ocupar a Tribuna Popular para falar um pouco sobre a nossa Feira Brasileira do Varejo. Agradecer especialmente à Comandante Nádia, que encaminhou esse pedido. Muito obrigado, Comandante Nádia. É sempre uma honra estar aqui na Câmara de Vereadores.

(Procede-se à apresentação.)

SR. ARCIONE PIVA: A Feira Brasileira do Varejo, a nossa FBV, chegou em 2024 com a sua 11ª edição. A FBV foi imaginada como o primeiro espaço no Brasil para discutir tendências emergentes, as tecnologias revolucionárias e as estratégias que estão moldando o futuro do nosso mercado, não só do varejo, mas de todo o mercado. Como nossas premissas, a 11ª edição da Feira Brasileira do Varejo procura trazer discussões e conteúdos relevantes para o mercado varejista, mas também busca ampliar a visão das pessoas sobre a própria feira, atraindo empresas, parceiros e público consumidor. Aliado a isso, a FBV foi construída observando cinco principais tendências globais do varejo, pesquisa essa realizada pela nossa curadoria para trazer a melhor entrega para todos que nos acompanharão na 11ª edição da feira. O primeiro princípio, a primeira tendência são os modelos de negócios – como as empresas estão inovando em seus modelos para se manterem competitivas no mercado. Segundo, *e-commerce* – a crescente importância das vendas *online* e o que isso significa para o varejo tradicional, não só aqui da capital, mas do Brasil e do mundo. As redes sociais – o papel das plataformas sociais na construção de marcas e na interação com os consumidores. Quarto, a experiência do consumidor – a busca pela excelência no atendimento e na entrega das experiências memoráveis que um evento como esse pode entregar. E a Web3 – a integração da inteligência artificial e as novas possibilidades trazidas pela Web3. Através da leitura dessas tendências identificamos que o varejo hoje está entre a euforia e o medo do futuro, mas não nos damos conta de que este futuro é mais do que presente, ele permeia nossa realidade através de novas tecnologias que estão em nosso dia a dia como exemplo. Por isso a 11ª edição da Feira Brasileira do Varejo traz como tema o futuro do presente. Este é um conceito que nos desafia a pensar além do agora e a nos prepararmos para certezas ou incertezas e possibilidades do nosso amanhã. Por isso quando falamos da FBV, falamos muito além do varejo, falamos muito além do comércio, falamos de quem consome, do comportamento, de tendências e de relacionamentos com a sociedade. Para isso a nossa FBV é para todos e não só para os varejistas, como já mencionei anteriormente. Nosso objetivo com a FBV é conectar as pessoas com esse futuro do presente. Queremos que vocês saiam da feira não apenas inspirados, mas também

equipados com o conhecimento e as ferramentas para prosperar no novo ambiente do varejo. E para entregar tudo isso, teremos quatro palcos simultâneos, o palco *Business*, nosso palco principal, onde teremos grandes nomes do varejo para apresentar os seus negócios; o palco voltado para o *Marketing* e Vendas, que será focado em trazer técnica, ferramentas e formatos de trabalho práticos e atuais e já testados pelo varejo do Brasil e do mundo; o palco Mão na Massa vai ensaiar os lojistas ferramentas que podem ser aplicadas já no dia seguinte do evento em suas lojas, não precisa esperar muito tempo, não precisa fazer muita coisa, pode sair de lá e já aplicar; e, por fim, teremos o palco Pequenos Gigantes, em que receberemos pequenos negócios que estão utilizando a tecnologia em favor de suas marcas. Nesse palco serão feitos *workshops* de 1 hora, 2 horas para trazer tudo aquilo que um pequeno empreendedor já usou da tecnologia de forma acessível e barata. Teremos, na nossa 11ª edição da Feira Brasileira do Varejo, mais de 120 palestrantes, são mais de 70 horas de conteúdo, são mais de 80 *talks* durante os três dias de feira. Teremos mais de cem expositores e mais de cem marcas presentes, trazendo novidades em produtos e serviços voltados, especialmente, para o varejo, mas não só para o varejo, para todo o mercado em geral. Por isso a Feira Brasileira do Varejo é mais do que um evento, é um movimento em direção ao futuro brilhante e promissor para o varejo do Brasil. Juntos vamos explorar, aprender e crescer. Nos dias 22, 23 e 24 de maio, no centro de eventos da FIERGS, a Feira Brasileira do Varejo terá a sua 11ª edição. Ressalto desde já que todos os senhores e as senhoras vereadoras terão direito a dois ingressos – já devem ter recebido dois ingressos da Feira Brasileira do Varejo –, para aproveitarem os três dias de conteúdo e de exposição que estaremos apresentando lá na FIERGS nos dias 22, 23 e 24 de maio.

Eu quero pedir uma atenção muito especial e o apoio de todos os vereadores e vereadoras, pois a Feira Brasileira do Varejo já foi buscada por outros Estados e por outras cidades, para ser realizada em outros lugares. É importante, muito importante, o apoio dos senhores e das senhoras, para que a gente mantenha a feira em Porto Alegre, porque ela gera renda, gera emprego, gera desenvolvimento, melhora a tecnologia. É importante eu lembrar a vocês que queremos continuar em Porto Alegre, mas é fundamental o apoio de todos vocês, para que a gente possa estar aqui nos próximos anos. Como o convite já deve ter chegado nos seus gabinetes, 22, 23 e 24 de maio, espero todos vocês lá na FBV, na FIERGS. Esperamos também toda a Porto Alegre, não só vocês, mas a Porto Alegre toda está convidada para estar presente conosco. Agradeço mais uma vez ao Mauro Pinheiro, Presidente desta Casa, pelo espaço disponibilizado; à Comandante Nádia pela ajuda que nos deu para que a gente pudesse estar aqui hoje. Desejo a todos uma excelente sessão, uma excelente tarde, uma excelente semana. Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui divulgando a 11ª edição da Feira Brasileira do Varejo. Muito obrigado, um grande abraço

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Convidamos o Sr. Arcione Piva a fazer parte da Mesa.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Presidente, boa tarde; boa tarde colegas vereadores; boa tarde aqui ao querido presidente da FBV e toda a sua equipe. Muito rapidamente aqui eu venho trazer o apoio, toda a nossa admiração e também a força do nosso partido, do PL, para que a FBV, que é viver o futuro no presente, possa ser um dos melhores acontecimentos da nossa Porto Alegre. Sabemos que, além de negócios, a gente movimenta o turismo, é desenvolvimento econômico na veia, é fazer com que as empresas possam conhecer novas expertises, são palestrantes de muito renome e que podem trazer aqui para Porto Alegre, nos dias 22, 23 e 24 de maio, não apenas negócios novos, mas também mostrar todo o potencial que Porto Alegre tem. E o senhor e toda sua equipe, que tem se colocado à disposição dessa feira tão importante de varejo e que traz para Porto Alegre os olhos do Rio Grande do Sul e também de outros Estados, estão de parabéns. É isto que nós precisamos: uma Porto Alegre que pense no futuro hoje, no presente, com o desenvolvimento econômico, turismo, oportunidades de emprego, consequentemente renda para as pessoas terem comida para levar para dentro de casa. Conte com o PL, e tenha aí em nós um parceiro de hoje e de sempre. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Presidente Mauro, minha saudação especial ao Arcione Piva e à sua equipe que está aqui, eu falo em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, dos vereadores Oliboni, Jonas, Comassetto, que está em licença, e hoje a presença do Everton Gimenis aqui. Nós achamos que é muito importante essa feira, porque ela mexe com um dos elementos da economia de Porto Alegre, que é o seu pujante e qualificado comércio, comércio de rua que ainda se mantém muito ativo – esperando que ele continue sempre assim –, como também o comércio de *shopping centers* e outras atividades. Nós achamos que fazer tantas palestras, tantas intervenções por conta e risco da iniciativa privada é altamente elogiável, porque já vimos segmentos que buscam recursos no poder público quando não eram necessários, porque o poder público necessita hoje de fazer assistência social, necessita terminar as ruas do Centro Histórico – isso, sim, é o que os comerciantes, eu acho, esperam. Estaremos, mais uma vez, presentes, como sempre defendendo o comércio, defendendo a legalidade, porque o comércio legal, o Mauro sabe disso, é uma velha bandeira nossa, que temos trilhado junto os setores econômicos da sociedade. Aquilo que está errado, aquilo que está fora da norma e da regra não faz bem pra cidade, mas isso aqui, sim, faz bem para Porto Alegre. Por isso nós estamos, mais uma vez, juntos, meu caro Arcione Piva. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu amigo, Ver. Mauro Pinheiro, Presidente da Câmara; quero trazer um abraço fraterno e carinhoso ao amigo Arcione Piva e te cumprimentar pela presença hoje à tarde, aqui conosco, na Câmara, fazendo esse convite para que participemos da feira, dias 22, 23 e 24 – estaremos lá. Sei da importância da realização de eventos aqui na cidade, é uma marca que temos e a nossa Feira do Varejo também contribui para isso. Portanto, eu quero deixar um abraço, cumprimentar o Arcione e dizer da importância de divulgar para nós e para a cidade de Porto Alegre a 11ª Feira Brasileira do Varejo. Precisamos lutar, sim, para que ela permaneça em Porto Alegre, porque é importante para a cidade e para todos nós e desejar sucesso a ti, ao nosso Sindicato Lojista e sucesso à 11ª Feira do Varejo aqui da cidade. Bom te ver aí, um abraço.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): Quero saudá-lo, Presidente Mauro; saudar o Arcione pela presença muito bem-vinda. Quero parabenizá-los pela 11ª Feira que será realizada, é muito importante o varejo. Trago também aqui, aproveitando a oportunidade, pelo Cidadania, os abraços da Any Ortiz, nossa deputada, que foi a relatora do projeto de desoneração, na Câmara Federal, contra o governo federal, que quer onerar, mais uma vez, essa população e esses investidores, que geram emprego, renda. Nesse sentido, em nome da bancada do Cidadania aqui da Casa, desejo muito trabalho profícuo, que tenha sucesso, e, se Deus quiser, estaremos lá. Um grande abraço.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Presidente Mauro, meu querido amigo Arcione Piva; o nome desta família, Ver. Mauro Pinheiro, Ver.^a Comandante Nádia, que propôs esta vinda dele aqui, confunde-se com o desenvolvimento do varejo na cidade: o Arcione, presidente do Sindilojas, e o Irio, presidente da CDL. Enfim, a *Feira Brasileira do Varejo* foi gestada desde quando o Arcione estava diretor lá no Sindilojas, e veio acompanhando todos esses anos, com a feira crescendo cada vez mais. E, desta vez, com a competência que o Arcione tem, com o conhecimento que ele tem, e com o acompanhamento na evolução da tecnologia, o Arcione acompanha isso muito fortemente. Tenho certeza de que esta *feira*, Arcione, vai ajudar não só o varejo de Porto Alegre; a *Feira Brasileira do Varejo* traz para cá as novidades do Brasil inteiro e do mundo; ela traz as novidades do mundo. Isso faz bem não só para o varejo, mas também para outros setores da sociedade, do desenvolvimento, da aglutinação de tecnologia na ponta, no meio e lá no início da cadeia produtiva. Então, Arcione, obrigado

por ter vindo a esta Casa e boa sorte. Estaremos juntos lá na feira, nesses três dias, para acompanhar o desenvolvimento e, principalmente, as novidades que a *Feira Brasileira do Varejo* traz para Porto Alegre. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Conselheiro Marcelo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Boa tarde, Sr. Presidente, aos demais vereadores e ao presidente Sr. Arcione Paiva; obrigado pelo trabalho que o senhor vem prestando. Em nome da bancada do PSDB, dos vereadores Moisés Barboza, Gilson Padeiro e Conselheiro Marcelo, gostaria de dizer que o senhor tem um papel fundamental, principalmente na nossa cidade. Pode contar com a bancada do PSDB nesta *11ª Feira Brasileira do Varejo*. Estaremos, sim, presentes, divulgando, para que, mais uma vez, o senhor continue fortalecendo, por meio de sua presidência, porque é muito importante essa sua visão de termos uma cidade melhor e com mais oportunidades. Então, parabéns.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Presidente, com muita honra falo pelo nosso partido, o Partido Progressista. Querido amigo Arcione, parabéns. Quero aqui render as minhas homenagens porque sei da importância do teu trabalho para a economia da capital do Rio Grande do Sul. Fui empresária durante 15 anos e sei muito bem que alguém com o teu perfil no comando é capaz de despertar, de movimentar, essa rede que é fundamental. Parabéns, conte sempre com nosso partido.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Queremos agradecer aqui ao nosso amigo, presidente do Sindilojas, o Arcione Piva, pela brilhante explanação. Agradecer por estares trazendo mais esse evento importante para a nossa Cidade de Porto Alegre. É sempre importante para o varejo ter a oportunidade de aprender um pouco mais e se qualificar. Tenho certeza que, mais uma vez, essa feira vai ser importante para a nossa Cidade de Porto Alegre. Eu já participei de algumas e sei da qualidade do evento. Então, em nome da Câmara de Municipal de Porto Alegre quero lhe agradecer por ter essa feira sempre em Porto Alegre, uma forma de a gente qualificar e melhorar o nível do nosso varejo na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h47min.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): (14h50min) Estão reabertos os trabalhos.

Esta presidência solicita um minuto de silêncio em homenagem póstuma à Sra. Thays Bard Ferreira, com os nossos sentimentos ao Ver. Márcio Bins Ely, pela perda da sua mãe.

Aproveito também este minuto de silêncio, pois, na sexta-feira, aconteceu um incêndio em Porto Alegre, onde nós tivemos 10 vítimas. Não temos os nomes das 10 vítimas, mas este minuto de silêncio será também em homenagem às vítimas do incêndio da Pousada Garoa.

Vereador Jonas Reis (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, nós queremos nos somar a esse pedido de um minuto de silêncio pela partida da mãe do nosso querido colega Márcio Bins Ely, nesse momento difícil, e também nos somar ao pedido de um minuto de consideração às vítimas do incêndio na Pousada Garoa, na última sexta-feira, uma tragédia que assolou toda a cidade e também o nosso Brasil. Quero ler aqui os nomes que nós temos de cinco das vítimas que foram divulgados: Silvério Roni Matim, Dioonathan Cardoso da Rosa, Maribel Teresinha Padilha, Julcemar Carvalho Amador, Anderson Gaúna Corrêa. Fazemos esse pedido aqui em nome da bancada do PT e do PSOL aqui presente – o Ver. Pedro também vai falar. E também solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Albino Manique aos 80 anos de idade, um músico que foi muito famoso e importante para a música popular gaúcha, foi acordeonista, compositor, líder do grupo Os Mirins, nos deixou no dia 25 de abril e deixou um repertório muito grande na história da música gaúcha, da gaita gaúcha pianada, deixa um acervo enorme. E a gente fica também pedindo um minuto de silêncio a todas essas pessoas que no último período partiram.

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento): Eu quero reforçar, Presidente, dando uma ênfase muito especial às vítimas desse empreendimento Garoa, na medida em que não é uma fatalidade, é algo que inclusive vai exigir apuração de responsabilidades, mas a Câmara Municipal, neste momento, com esse minuto de silêncio, que V. Exa. certamente vai pedir, nós teremos o início de uma manifestação oficial sobre o tema. Muito obrigado.

Vereador Gilson Padeiro (PSDB) (Requerimento): Presidente Mauro Pinheiro, a bancada do PSDB quer se somar também a esses pedidos de silêncio e também quero incluir ao pedido de silêncio um amigo nosso lá de Belém Novo, que ontem, aos 56 anos de idade, tirou a própria vida, o Margeonei Chocho Figueira, que deixa a esposa e dois filhos. Peço para fazer um minuto de silêncio para ele também. Obrigado.

Vereador Cassiá Carpes (CIDADANIA) (Requerimento): Presidente, quero me associar também, em nome do Cidadania, e lamentar profundamente, perdemos dez cidadãos gaúchos, brasileiros, porto-alegrense, quem sabe, de várias cidades do interior, e nós estamos muito chocados. Eu só peço que nesse momento nós tenhamos bom senso, não é hora de política, é hora de ressaltar esse aspecto negativo que todos nós

passamos no final de semana com a perda desses dez cidadãos em Porto Alegre. Obrigado, Presidente.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, a bancada do MDB também se solidariza e apoia esse minuto de silêncio, que realmente vida é vida, nós defendemos a vida.

Vereador Hamilton Sossmeier (PODE) (Requerimento): Sr. Presidente, nós, da bancada do Podemos, também nos juntamos a esta homenagem em solidariedade a essas vítimas desse incêndio.

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, quero somar a todas essas vítimas para as quais foi solicitado um minuto de silêncio, a um esportista da Zona Norte, Heitor Rocha Alves, que teve um mal súbito andando de bicicleta.

Vereador Cláudio Conceição (UNIÃO) (Requerimento): Presidente Mauro, em nome do União Brasil quero me somar a essas homenagens a essas pessoas que faleceram nesse incidente, também a nossa solidariedade ao nosso colega Márcio Bins Ely, pela passagem da sua mãe.

Vereador Jessé Sangalli (PL) (Requerimento): Queria, em nome do PL, me somar também às solicitações e pedir que nós façamos em homenagem às pessoas que se foram. Obrigado.

Vereadora Mônica Leal (PP)(Requerimento): Presidente Mauro, como líder do Partido Progressista na Câmara de Vereadores de Porto Alegre me solidarizo também com a tragédia que aconteceu em Porto Alegre, pelas dez pessoas que perderam a vida, também com o nosso colega, Ver. Márcio Bins Ely, pelo falecimento de sua mãe.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Deferimos os pedidos. Convido a todos os presentes para tomar uma postura de respeito a essas pessoas e prestar a homenagem a todos eles, através de um minuto silêncio.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Hoje temos o comparecimento do Sr. Filipe Tisbierек coordenador do empreendedorismo e microcrédito da Secretaria Extraordinária do Trabalho e Qualificação Profissional - SMTQ da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, que abordará o assunto Semana Municipal do Jovem Empreendedor.

O Sr. Filipe Tisbierек está com a palavra.

SR. FILIPE TISBIEREK: Boa tarde a todos, vereadores, vereadoras, Presidente Mauro Pinheiro. Antes de me apresentar quero também somar minha solidariedade a todas as pessoas que perderam suas vidas, citadas aqui, em especial a mãe do Ver. Márcio Bins Ely, que é um amigo pessoal de longa data. Vim aqui, então, vereadores, fazer um convite especial para a Semana Municipal do Jovem Empreendedor, que foi um uma semana idealizada dentro da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, presidida pela Ver.^a Nádia, a qual eu agradeço o espaço para que a gente possa estar trazendo aquilo que está sendo produzido na Frente Parlamentar que é composta pelo Legislativo, Executivo e a sociedade civil. Essa Semana Municipal acontecerá do dia 1 a 7 de maio, onde nós teremos um calendário coletivo, construído de forma colaborativa, como eu falei, pela Câmara Legislativa, pelo Executivo municipal e por inúmeras organizações, entidades, instituições e empresas da sociedade civil. Serão mais de 70 atividades em uma semana – atividades presenciais, atividades virtuais, atividades em escolas municipais, levando a importância do desenvolvimento, da qualificação, da mentalidade empreendedora para jovens empreendedores e para alunos das escolas municipais, onde a gente entende ser muito importante que, cada vez mais, tenham desenvolvido a sua mentalidade empreendedora. Teremos palestras, teremos feiras, teremos doações de livros, doações de bolsas integrais gratuitas para qualificações desses jovens empreendedores. Como eu falei, teremos mais de 70 atividades com mais de 50 organizações envolvidas e mais de 100 profissionais empreendedores de forma colaborativa dando, então, a sua entrega, o seu servir, compartilhando seus conhecimentos para esse público jovem empreendedor.

Ao fim, teremos aqui nesta Casa, dia 7 de maio, no turno da manhã, uma sessão plenária, uma simulação de uma sessão plenária, organizada pela Frente Parlamentar, presidida pela Ver.^a Comandante Nádia, de jovens empreendedores. Nela 36 jovens estarão representando entidades e instituições consideradas de relevância neste ecossistema do empreendedorismo aqui de Porto Alegre, participando, podendo propor projetos de leis que fomentem, que incentivem e que desenvolvam o empreendedorismo aqui nesta cidade. Esses 36 jovens estarão, então, trazendo essas propostas, debatendo entre eles e, ao fim, fazendo uma votação para elencar as melhores propostas que sejam viáveis estar sendo encaminhadas, de forma oficial, através da Comandante Nádia para esta Casa para apreciação dos senhores. Então do dia 1º a 7 de maio teremos esse universo de atividades e gostaríamos de convidar a todos que pudessem, além de participar e prestigiar, também compartilhem com seus seguidores essa oportunidade. Está bom? Muito obrigado, Presidente; obrigado, Ver.^a Comandante Nádia, pelo espaço, e vamos lá!

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Obrigado, Filipe Tisbierek.
Passamos às

COMUNICAÇÕES

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso do Dia do Exército Brasileiro, nos termos do Requerimento nº 002/24, de autoria da Ver.^a Mônica Leal.

Convidamos para compor a Mesa: o Gen.de Divisão Anysio Luiz Crespo Alves Negrão, comandante da 3ª Região Militar, representando o Comando Militar do Sul; Gen. Adilson Akira Torigoe, chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Sul; Cap. Igor Lira Gomes, representando a Capitania Fluvial de Porto Alegre; Te. Cel. Daniel Galvão de França, representando o 5º Comando Aéreo Regional; Cel. Luiz Ernani Caminha Giorgis, presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil; Tem. Cel. Hermes Volker, comandante do 21º Batalhão de Polícia Militar da capital. Prestigiam também este evento o Dr. Amilcar Fagundes Freitas Macedo, desembargador, ouvidor do Tribunal de Justiça Militar; Dra. Cinara Vianna Dutra Braga, promotora de justiça, representando o Ministério Público do Rio Grande do Sul; o Del. Marcos Coelho Gonçalves Meirelles, representando a Chefia de Polícia; o Sr. Solimar Amaro, diretor de Relações Institucionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Sr; Johnny Bertoletti Racic, presidente da Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Municipal de Porto Alegre; Sr. Evandro José Horn, presidente da Comissão Especial de Direito Militar da Ordem dos Advogados do Brasil; e o Maj. Jocemarlon Acunha Pereira, representando o Comando de Bombeiros Militar. Agora ouviremos o Hino Nacional, que será executado pela banda do 3º Batalhão de Polícia do Exército, sob a regência do segundo-tenente Leodomar Martins Bráz.

Convidamos todos os presentes para, em pé, ouvirem o Hino Nacional.

(Ouve-se o Hino Nacional.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO: A Ver.^a Mônica Leal, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde Presidente, general de divisão Anysio Luiz Crespo Alves Negrão, em seu nome cumprimento todos os presentes e agradeço a sua presença numa data tão importante; aprendi desde muito cedo a valorizar tudo que o Exército faz e representa para a nossa sociedade. Esta homenagem ao Dia do Exército Brasileiro, comemorado todo dia 19 de abril, é uma tradição que herdei do meu pai, coronel Pedro Américo Leal, da arma Infantaria, que foi vereador nesta Casa por três mandatos. Para conhecimento dos senhores e senhoras, cada parlamentar tem direito a um período de comunicação por ano, e, desde meu primeiro mandato, faço questão de dedicar essa justa e merecida honraria às Forças Armadas. A história do Exército se confunde com a história do Brasil. É a história de um povo que sabe do seu valor e não entrega as suas riquezas. A bravura do nosso povo se evidencia desde a épica batalha de Guararapes, em 1648, quando iniciamos uma longa jornada em direção à independência, reunindo soldados luso-brasileiros, brancos, negros e indígenas em flagrante desvantagem numérica, mas unidos pelo mesmo sentimento patriótico, nosso Exército

expulsou as forças holandesas da região que hoje pertence à Pernambuco em uma batalha que se tornou um símbolo da resistência nacional e da defesa solo pátrio.

Desde lá, não foram poucas as revoltas em que o Exército foi responsável por manter a unidade nacional e a nossa liberdade enquanto Nação. Os senhores, mais do que ninguém, conhecem sua história!

Do Grito do Ipiranga, que declarou oficialmente nossa independência em relação à Portugal em 1822, à 2ª Guerra Mundial, quando a Força Expedicionária Brasileira, em posição estratégica e nas mais difíceis condições climáticas, derrotou o nazismo na Itália e entrou para a história, a luta pela paz, pela liberdade, pela independência e pelo crescimento de nosso País deixa um legado para os dias atuais e consolida-se na básica e nobre missão de defesa da garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, que resulta numa contribuição ao desenvolvimento social e à promoção da segurança nacional.

Importante registrar também o papel fundamental que o Exército exerce na atualidade. Os nossos contingentes destacam-se como guardiões das nossas fronteiras nas operações de combate a crimes nessas regiões, realizando prisões e apreensões de drogas. Além disso, presta relevantes serviços para o desenvolvimento da sociedade e para a qualidade de vida das pessoas, com obras de engenharia que contribuem para melhoria das condições da infraestrutura viária e de comunicações do País.

O Exército estende o seu braço forte e mão amiga à sociedade em diversas situações que precisam de apoio urgente às demandas de calamidade pública e desastres naturais, como chuvas, cheias e deslizamentos. Ou quando é necessário um auxílio específico com *expertise*, preparo e treinamento para, por exemplo, lançamento aéreo de suprimentos, logística e transporte de insumos, combustível e agentes para locais de difícil acesso, resgate de pessoas, remoção de feridos, auxílio às populações ribeirinhas e indígenas, campanhas de vacinação, desobstrução e construção de estrada e vias, entre tantas missões que cumpre com competência e eficiência. A exemplo disso, em janeiro deste ano, militares do 3º Batalhão de Engenharia de Combate de Cachoeira do Sul e do 6º Batalhão de Engenharia de Combate de São Gabriel, especialistas no uso de motosserra, foram enviados à capital para reforçar a desobstrução das ruas, depois do temporal, que deixou milhares de árvores caídas e grande parte da cidade sem luz. Da mesma forma, cumpriu um papel fundamental no socorro às vítimas dos estragos sem precedentes que foram causados pelas fortes chuvas em setembro do ano passado, principalmente no Vale Taquari. Registro também o apoio do Exército no combate à pandemia, transportando vacinas, remédios, respiradores, mobilizando seus profissionais de saúde para os hospitais de campanha e apoiando maciçamente as ações de vacinação. Essa ação se repete nesse momento em que a dengue se prolifera de forma preocupante em todo o país. Homens e mulheres do Exército Brasileiro estão mobilizados em todo o país para combater a disseminação do vírus da dengue, operando veículos que aplicam o Ultra Baixo Volume, conhecido como fumacê, apoiando o atendimento médico emergencial, por meio das ambulâncias do Exército, fornecendo caminhões para recolhimento de entulho, disponibilizando camas de campanha para aumentar a

capacidade das tendas de atendimento, apoiando os agentes de Vigilância Ambiental em Saúde, realizando visitas, inspeções e aplicação de inseticida aéreo em residências, e orientando a população sobre os cuidados para evitar a proliferação das doenças. No Rio Grande do Sul, a parceria com a Universidade Federal de Santa Maria permitiu a aplicação de inseticida biológico por meio de *drone*. Por todas essas contribuições à sociedade e por se tratar de uma instituição soberana, de credibilidade, dedicada, respeitada, apolítica e apartidária, formada por homens e mulheres valorosos que não medem esforços para cumprir sua missão constitucional, é que homenageamos o Exército Brasileiro no Legislativo da capital do Rio Grande do Sul. Obrigada a todos os soldados do Brasil, que difundem as tradições militares na sociedade civil, cidadãos conscientes dos seus deveres e direitos, que, com disciplina, seriedade, iniciativa e doação, trabalham pelo bem do Exército e do Brasil. Muito obrigada, foi uma honra ocupar esta tribuna para homenageá-los mais uma vez. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Convidamos o general de divisão Anysio Luiz Crespo Alves Negrão, comandante da 3ª Região Militar, neste ato representando o Comando Militar do Sul, para fazer uso da palavra.

SR. ANYSIO LUIZ CRESPO ALVES NEGRÃO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Muito obrigado pela presença de todos aqui na Câmara de Vereadores, junto com a minha equipe que está representando o Comando Militar do Sul; e general Akira, representando um pouco do Exército Brasileiro aqui com os senhores, nesta tarde. Eu venho em nome do nosso Comandante Militar do Sul, o Sr. General Hertz, que se encontra em Santa Maria, nesta ocasião aguardando a chegada do Sr. Ministro da Defesa, que irá fazer uma visita naquela guarnição.

É com imensa gratidão e profundo orgulho que venho a esta Casa expressar os meus mais sinceros agradecimentos, em nome do Exército Brasileiro, pela calorosa homenagem prestada nesta data em celebração ao Dia do Exército Brasileiro, que ocorreu no último dia 19 de abril, ocasião em que comemoramos 376 anos de história. Ressalto que se receber este reconhecimento, por parte de tão importante instituição, é para nós motivo de grande honra. E, claro, nos enche de orgulho e satisfação, pelo que construímos juntos com o povo gaúcho e principalmente pelo carinho com que toda a sociedade rio-grandense, particularmente Porto Alegre, nos recebe durante todos os anos de nossa história.

Desde 1648, na capitania de Pernambuco, onde aconteceu o episódio fundador de nossa nacionalidade, a primeira batalha dos Guararapes, aflorou o sentimento de amor à terra, em luta de portugueses e brasileiros contra os invasores holandeses. Esse formidável triunfo militar traçou o destino e o futuro do Brasil, e desenhou os traços da verdadeira personalidade do nosso Exército, que desde então é a base da estrutura de defesa da pátria e quem garante a soberania em nossas fronteiras, junto com as nossas forças coirmãs: Marinha do Brasil e Força Aérea Brasileira, e atua nos momentos e atua nos momentos mais difíceis de nossa nação, como as calamidades que assolaram ou que

porventura venham a assolar o nosso País. No âmbito da defesa nacional, o exército é responsável por proteger as fronteiras do Brasil, garantindo a integridade territorial e a segurança de nossos cidadãos. Em momentos de crise, como as enchentes recentes que atingiram o nosso Vale do Taquari, tão bem citado pela Ver.^a Mônica, ou mesmo as chuvas fortes que afetaram a capital, já citadas também pela Ver.^a Mônica, o exército esteve e sempre estará presente, atuando com dedicação e de forma ágil e eficaz para socorrer as vítimas e mitigar quaisquer danos causados. Diante desses desafios, reafirmamos nosso compromisso de estarmos sempre prontos e preparados para o futuro. O Exército Brasileiro continuará a dedicar todos os seus esforços para garantir a segurança e o bem estar de nosso povo, mantendo-se firme em sua missão de proteger a pátria e seus cidadãos. Antes de terminar, gostaria de usar uma parte de um parágrafo da ordem do dia do exército, deste ano. “No dia de hoje, ao completar 376 anos de glória, a força terrestre afirma o eterno compromisso com a Nação brasileira em defesa da pátria e dos mais caros ideais democráticos, mesmo com o sacrifício da própria vida. Pagamos um alto preço em vidas humanas para honrar nosso juramento, o sangue dos nossos militares foi vertido generosamente desde o século XIX, nas campanhas do Prata e do Paraguai, na campanha da FEB, nas operações de paz ao redor do planeta, nas operações de garantia da lei e da ordem, como também ao longo de nossa extensa faixa de fronteira. Essas irreparáveis perdas lamentadas e sentidas pela força e pelas famílias enlutadas não podem ser esquecidas.”

E aqui eu faço um pensamento particular: no Brasil, durante a sua expansão territorial e suas conquistas, tivemos diversas lutas. E eu, por esse pouco tempo que estou aqui no Rio Grande do Sul – comandi a Brigada de Bagé por um ano e estou há dois meses aqui em Porto Alegre –, posso falar como um espectador e, hoje, como um participante, que provavelmente em diversos lugares tivemos dificuldade, mas aqui no Estado do Rio Grande do Sul eu falo com orgulho e admiração que o povo gaúcho conquistou, com as suas lutas, o seu direito de se chamar brasileiro. E repito e falo sobre um outro pensamento meu também que o exército se formou naquele período, logo depois da Independência, lá no Rio de Janeiro, e começou as suas sementes em 1648, mas, quando foi criado o Império do Brasil, o Exército era da capital. Ele se torna mais brasileiro, com certeza, quando as guerras aconteceram aqui no Estado do Rio Grande do Sul, juntamente com o povo gaúcho. Acho – é uma opinião – que o Exército é mais brasileiro por causa do que aconteceu aqui no Estado do Rio Grande do Sul durante o século XIX, conhecendo um pouco do Rio Grande do Sul e de sua história alinhado com o texto acima.

Por fim, gostaria de expressar minha mais sincera gratidão à Câmara de Vereadores de Porto Alegre com esse gesto de reconhecimento e apoio, e que possamos continuar trabalhando juntos em prol do progresso e da prosperidade da nossa amada cidade de Porto Alegre. Meu muito obrigado a todos os presentes. (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Boa tarde, Presidente, aos colegas vereadores, à Mesa já nominada aqui pelo protocolo, em especial ao general Negrão e ao general Akira, que representam hoje o Exército Brasileiro, que está sendo homenageado pela colega Ver.^a Mônica Leal, mas, em especial, eu gostaria de falar para a tropa: soldados, sargentos, tenentes, oficiais, que ombreiam, no dia a dia, a defesa da nossa pátria. É importante recordarmos que a caserna nos forja com toda a altivez, com a disciplina, querido Volker, colega da Brigada Militar, e sabemos que é dentro da caserna que se formam homens e mulheres dispostos a morrer por outrem. A Brigada Militar todos os dias acorda efetivamente para fazer repressão ao crime e proteger o povo do Rio Grande do Sul. Assim como o Exército faz a defesa territorial, Dra. Cinara, do nosso Brasil, juntamente da Marinha, da Aeronáutica. E é importante lembrarmos dos valorosos soldados de Caxias. Não esqueçamos as nossas origens, que não tenham governos que nos coloquem cabresto, porque quando marchamos, à esquerda vai a coragem e à direita, a disciplina. Nós não podemos esquecer de onde vem o Exército Brasileiro e para onde ele deseja ir. O povo brasileiro espera do Exército cada vez mais a sua altivez, cada vez mais a proteção àqueles que mais necessitam. Diante de alguns cortes do governo federal em equipamentos, instrumentos, delegado, que sabemos tão importantes, a gente sabe que devemos, Ver.^a Mônica, devemos, sim, homenageá-los e falar aos vereadores colegas: que bom que tem gente aqui também em favor daqueles que defendem o povo brasileiro. Vida longa às Forças Armadas, vida longa à Brigada Militar. Muito obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Quero, primeiramente, parabenizar a Ver.^a Mônica Leal por esta homenagem ao Exército e no nome do Sr. Anysio Alves, general de divisão, cumprimento todos os demais presentes representando aqui instituições importantes para a sociedade. É importante destacar o papel do Exército, Ver.^a Mônica, muito bem dito na sua fala, na defesa da soberania. Cada vez mais a gente vê países ao redor do mundo disputando e tendo que defender a sua soberania, então é fundamental a gente fortalecer o Exército, a Marinha, a Aeronáutica na defesa do que nós conhecemos como Brasil. São 215 milhões de brasileiros, fronteiras extensas, litoral extenso, uma parte aérea enorme – praticamente metade da América do Sul –, e a gente precisa cada vez mais entender que no mundo globalizado também há uma disputa, disputa por riquezas. Tem gente de olho no Brasil, na nossa Amazônia, nas nossas riquezas minerais. Por isso que a gente precisa preservar e fortalecer as nossas instituições. Então, vida longa ao Exército, à Aeronáutica e à Marinha. Faço essa extensão através dessa homenagem da Ver.^a Mônica. Um abraço.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Em nome do Partido NOVO, quero também deixar as felicitações ao Exército Brasileiro. Eu tenho um irmão que é capelão da Força Aérea Brasileira, capelão evangélico, então sei da importância dos homens e das mulheres de bravura que defendem a nossa pátria com esmero, com afinco, e o Exército é, sim, o garantidor da democracia neste País, afinal de contas, se o País um dia for invadido, como temos, inclusive, países vizinhos que querem invadir uns aos outros, a nossa democracia estará sob risco. Então, as Forças Armadas, o Exército Brasileiro tem essa nobre função, além, claro, de defender as nossas fronteiras e todo o resto.

Portanto, em nome do Partido NOVO, parabéns! Deus abençoe vocês. Feliz coincidência eu ter estado, hoje, de verde escuro aqui, mas o Partido NOVO tem muito orgulho das nossas Forças, que Deus abençoe, vida longa. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Fiz questão de nominar toda a Mesa pela qualidade da Mesa. Generais, o meu sonho era ter sido um simples soldado do Exército, mas, como me alistei num município não contributivo, no interior, um município jovem, e eu um agricultor, eu fui dispensado, mas nunca deixei de admirar o Exército Brasileiro, desde pequeno, de criança. Uma vez eu cheguei a contar aqui uma história de um vizinho meu de roça que galgou até ser tenente, tenente Fracasso, o sobrenome dele, que tinha ido para a Amazônia, pegou malária e veio a falecer disso. E eu, pequenininho ainda, lembro do velório, lá no interior, bem no interior, desse tenente, acompanhado de cinco ou seis militares que carregavam o caixão. Eu lembro de ver os irmãos do tenente chorando, e eu estava junto, era vizinho, chorando por aquilo, e fiquei mais fã ainda do Exército Brasileiro pela solidariedade do Exército ao seu soldado que tombou. Então, nesse dia que nós comemoramos o Dia do Exército, eu quero aqui cumprimentar a todos os militares, do soldado ao general, ao comandante, todos eles fazem o seu papel na defesa da pátria. Eu não vou fazer comentário sobre democracia, mas o Exército faz o seu papel, o papel do Exército é defender a pátria e os brasileiros, e isso faz muito bem, independente do regime de esquerda ou direita. Por falar na esquerda, dos dez vereadores de esquerda, nove saíram do plenário, um ficou aqui, o Ver. Jonas; então eu queria cumprimentar o Ver. Jonas, por ele ter ficado e ter comparecido aqui. Vida longa ao Exército. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver Hamilton Sossmeier está com a palavra.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Ver. Mauro Pinheiro, nosso Presidente, o qual cumprimento; cumprimento também a proponente, Ver.^a Mônica

Leal, e na pessoa do general de divisão Anysio Luiz Crespo Alves Negrão, comandante da 3ª Região Militar, nesse ato representando o Comando Militar do Sul, cumprimento toda a Mesa, em nome do Podemos, em meu nome, em nome do Ver. Giovane Byl. Quero expressar aqui minha admiração, meu respeito ao nosso Exército Brasileiro por toda sua importância, por tudo aquilo que representa, pela seriedade, pelo trabalho, pelo compromisso, e desejo vida longa. Deus abençoe a todos. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente Mauro, cumprimentando o general Anysio, cumprimento todos. Gostaria de parabenizar a Ver.^a Mônica, pela homenagem justa, e dizer que a palavra é uma só: gratidão. O que seríamos de nós, cidadãos, sem as nossas Forças Armadas, o nosso Exército, a nossa Marinha, a nossa Aeronáutica, a nossa Brigada Militar, o nosso poder público? Não seríamos nada. Precisamos cada vez mais do suporte e do apoio daqueles que nos defendem, que nos protegem no nosso dia a dia. Ontem inclusive tive um episódio, precisei do Volker, e eu sou muito grata porque vocês estão sempre disponíveis para nos ajudar, para nos acolher e para cuidar das nossas vidas e das nossas famílias; gratidão por cuidarem do nosso Brasil porque precisamos muito disso.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Mauro Pinheiro, saudando Vossa Excelência, saúdo os nossos vereadores todos, especialmente a Ver.^a Mônica que mais uma vez propõe esta homenagem pelo transcurso do Dia do Exército Brasileiro; saudar o general de divisão Anysio Luiz Crespo Alves Negrão, comandante da 3ª Região Militar, representando o Comando Militar do Sul - CMS; o general de brigada Adilson Akira Torigoe, Chefe do Estado-Maior do CMS; o capitão Igor Lira Gomes, representando a Capitania Fluvial de Porto Alegre; o tenente-coronel aviador Daniel Galvão de França, representando o 5º Comando Aéreo Regional – COMAR; o coronel Luiz Ernani Caminha Giorgis, presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil; o tenente-coronel Hermes Volker, comandante do 21º Batalhão de Polícia Militar; a Dra. Cinara Vianna Dutra Braga; delegado Marcos Coelho Gonçalves Meirelles, da chefia polícia; Sr. Solimar Amaro, Diretor de Relações Institucionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Fiz questão de nominar todos, até para expressar a importância que é este momento que em vivemos aqui na Câmara que, como falei, repetimos praticamente ou sempre, todos os anos, esta homenagem ao Exército, mas não se pode deixar de citar também a Marinha e a Aeronáutica nesse momento. O Ver. Cecchim trouxe uma história lá do passado; eu vou trazer modestamente a história do meu pai. Meu pai serviu no tempo da guerra, colono,

tinha sequer o estudo fundamental, permaneceu três anos no Exército, vibrava sempre que se falava do Exército Brasileiro, o amor que ele tinha pela pátria, pelo Exército, pelo País – isso me espelha até hoje; portanto, trazendo aqui um abraço a todos vocês, quero cumprimentá-los pela homenagem que aqui se faz, é algo de importante não só pra nós vereadores, mas para toda cidade de Porto Alegre. Um abraço, parabéns, vida longa, continuemos sempre juntos irmanados com as atuações que o Exército tem feito pelo nosso povo brasileiro. Um abraço, obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Obrigado, Presidente, nós, que temos um carinho, um amor especial, como dois oficiais R2, não poderia deixar de citá-los aqui. Sempre que a Ver.^a Mônica nos dá oportunidade, faço questão de, rapidamente, fazer um testemunho aqui em nome da bancada do PSDB, do Ver. Gilson Padeiro, do Ver. Conselheiro Marcelo. Eu fui salvo na época da juventude em dois momentos da minha vida. Num momento em que, para sair de um lar de violência e abuso fui para um colégio interno, que é a Escola Técnica de Agrícola de Viamão. E, num outro momento, quando fui acolhido pelo Exército Brasileiro e tive a oportunidade de fazer parte do curso de formação de oficiais da reserva. O que eu posso dizer e testemunhar é simples, mas muito objetivo e significativo num momento em que os jovens se perdem nas ruas, no momento em que os jovens não têm as atividades e as orientações devidas no contraturno escolar, no momento em que os jovens se perdem para as drogas. Num momento tão difícil, Presidente Mauro Pinheiro, onde alguma parte da classe política, inclusive, vem discutindo uma certa liberação e flexibilização para qualquer porte de qualquer quantidade de drogas, num País onde não temos a menor condição de tratarmos os nossos dependentes químicos ou cuidarmos da nossa juventude. Agradeço profundamente aos oficiais, a todo o corpo do Exército Brasileiro, seja ele subordinado, intermediário, aos colegas no meu período de formação. E não tenho nenhuma vergonha de dizer que o Exército Brasileiro ajudou a formar os meus valores como cidadão, e tenho muito, mas muito orgulho, e até saudade, Presidente Mauro, como também V. Exa., da caserna. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, nossos convidados já nominados aqui, sempre é bom, todos os anos, participar dessa solenidade proposta pela Ver.^a Mônica. Como eu não vou mais concorrer, estou encerrando agora sete mandatos de vereador aqui, eu quero aproveitar este momento em que o Exército Brasileiro é homenageado para homenagear o meu pai: o tenente Vaz, do 12º Regimento

de Cavalaria de Bagé, hoje BLog. Serviu à pátria com dignidade, e eu me orgulho de ter tido em casa uma educação militar, respeitar e reconhecer as hierarquias, e me arrependo de não ter seguido a carreira militar. Hoje eu seria general, mas sou vereador; poderia ser general hoje, mas sou vereador! Sou muito grato por tudo que o Exército contribuiu, com a grandeza e com a fidalguia com que o meu pai, o tenente Vaz, serviu e com o que eu pude pegar de bom do Exército Brasileiro. Muito obrigado a todos. Salve o Exército Brasileiro!

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Nós vamos quebrar aqui um pouquinho nosso Regimento, pois vou abrir um aparte para a Dra. Cinara, representando a Mesa e também as mulheres, para que ela possa homenagear o Exército, senão nós vamos comprar uma briga com a Dra. Cinara, e ela disse que não é bom, não é, doutora?

SRA. CINARA VIANNA DUTRA BRAGA: Sr. Presidente, muito obrigada pela quebra de protocolo, eu quase briguei, mas eu precisava dizer: parabéns ao Exército brasileiro, general Negrão, general Akira! O Ministério Público do Rio Grande do Sul se enche de alegria e de orgulho, Ver.^a Mônica, ao homenageá-los. Deixa eu contar para os senhores que nós temos uma iniciativa inédita aqui em Porto Alegre, aqui no Rio Grande do Sul, que é uma parceria desta Casa, Câmara de Vereadores, Ministério Público, Judiciário, Fundação de Proteção Especial do Estado, FASC e também Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente onde o nosso Exército abriu as portas, com preferência para jovens do acolhimento institucional – jovens de abrigos e case-lares. É uma iniciativa que acontece inicialmente aqui no nosso Estado, tem um projeto de lei no Congresso Nacional para dar amplitude a todo Brasil, porque o que a gente mais quer é orientação. Os nossos jovens saem das casas de acolhimento sem teto, muitas vezes sem trabalho e sem o principal, que é orientação. E eles tendo a oportunidade, pelo nosso termo de cooperação técnica – e a Comandante Nádia também da construção desse termo - eles têm a oportunidade de, aos 17 anos, ou seja no ano em que completam 17, eles podem se alistar voluntariamente. Então, quando forem sair, aos 18, dos espaços de proteção, eles já seguem direto para o exército, onde têm casa, têm comida, têm o soldo, mas principalmente orientação, porque como falou o nosso vereador há pouco: os nossos jovens precisam de cidadania, precisam ter orgulho de serem brasileiros, e isso o Exército Brasileiro, a Aeronáutica, a Marinha, a nossa Brigada, vocês fazem com excelência, vocês guiam os nossos jovens, então a Promotoria de Justiça, da Infância e da Juventude, o Ministério Público do Rio Grande do Sul congratula o nosso presidente Mauro Pinheiro, principalmente a nossa vereadora Mônica Leal pela iniciativa. Parabéns! Felicidades! (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): General Negrão, mesmo presente eu vou ter que falar um pouco também, aproveitar aqui. Quero agradecer à Ver.^a Mônica primeiro pela sua homenagem ao Exército Brasileiro, dizer que me sinto também um pouco homenageado, porque sou primeiro-tenente R2, tive a honra de fazer o CPOR

ano de 1985 e de servir as fileiras do exército de 1987 até 1991, onde tive a oportunidade de aprender muito na caserna, no 18º Batalhão de Infantaria Motorizado, ali na Av. Bento Gonçalves, hoje o Solimar lá tomou conta do nosso quartel com a PUC, mas o 18 está bem lá em Sapucaia, já tive a honra também de visitar. Quero dizer que para mim foi um aprendizado muito grande essa parte do exército, do CPOR, aprendizado de disciplina. É uma honra muito grande servir o exército, e tenho certeza de que quando o tenente Leodomar Martins Bráz tocar ali junto com a banda, a gente... Uma vez na caserna, a gente se emociona sempre, e nos momentos em que estou aqui falando, a gente fica emocionado por lembrar da saudade do Exército e todo o aprendizado e a oportunidade que eu tive na minha vida a partir do Exército. A partir dali a gente sai com muito aprendizado. Então eu tenho muito orgulho de ser militar, ser um oficial R2, e cada vez, Moisés, que a gente desfilava na avenida, no 07 de setembro, se era aplaudido pela população e podia cantar e puxar as canções ali. É o momento de a gente sentir o quanto a gente ama nossa pátria e de aprendizado do amor à pátria. Então para mim é um orgulho muito grande, e me sinto homenageado pela Ver.^a Mônica nessa homenagem do Exército, fazendo parte, mesmo como R2, do exército. Me orgulho muito ser brasileiro e ter servido o exército. Pode ter certeza, general, todos aqueles que tiveram a honra de ter servido jamais esquecem. Até hoje, quando encontro algum um ex-soldado, algum militar que serviu, que me chama de tenente, ele lembra daquele ano que ele passou no Exército. Então o Exército é um momento que é muito mais do que a defesa da pátria; é também a defesa da pátria, mas é muito mais do que isso, e todos aqueles que tiveram a oportunidade de passar pelo Exército, porque se dizia assim: “Ah, se vai servir e para perder um ano...” Não! O principal ano da vida de qualquer brasileiro é servir o Exército e aprender a reconhecer a pátria e ter ali, até pelas canções, dizer que vai defender a pátria com a própria vida se necessário for. Então para nós é um orgulho muito grande fazer parte do Exército Brasileiro.

Muito obrigado, Ver.^a Mônica, por nos proporcionar esta homenagem. Aqui, general, nunca é outro que homenageia, porque ninguém quer comprar uma guerra com a Mônica, porque a Mônica já é uma tradição da sua família, do coronel Leal, então ninguém se atreve a abrir guerra com a Mônica e querer homenagear o Exército. Então parabéns, Mônica, tenho certeza que todos nós estamos muito orgulhosos do nosso País, da nossa pátria e do nosso Exército Brasileiro. Muito obrigado e parabéns. (Palmas.)

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Sr. Presidente, ao encerrarmos esse período, ouviremos a Canção do Exército que será executada pela Banda do 3º Batalhão de Polícia do Exército, sob a regência do 2º tenente Leodomar Martins Bráz.

(Ouve-se a Canção do Exército.) (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h53min.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): (15h59min) Estão reabertos os trabalhos.

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Comparecimento Especial. Entidade: Comunidades Portuguesas. Assunto: 50 anos da Revolução dos Cravos. Convidamos para compor a Mesa o Sr. Francisco Serra; o Sr. Marçal Paredes; a Sra. Filipa Mendonça, vice-cônsul de Portugal no Rio Grande do Sul; o Sr. Fernando Lopes, presidente da Casa de Portugal de Porto Alegre; o Sr. Antônio Davi Santos da Graça, conselheiro das Comunidades Portuguesas. De imediato, passamos a palavra ao Sr. Francisco Serra.

(Procede-se à execução da música Grândola, Vila Morena.)

SR. JOSÉ FRANCISCO LEAL SERRA: Boa tarde a todos. Esta, como diremos mais à frente, foi a chamada para o início da nossa revolução, chamada após, dos Cravos, dos Capitães e do 25 de Abril, é só escolher o nome. Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, autoridades presentes apresentadas, Srs. Vereadores, caros compatriotas e amigos aqui presentes neste momento, minhas senhoras e meus senhores, atendendo as solicitações do Sr. Presidente Mauro Pinheiro e do amigo Davi, que também está presente, conselheiro das comunidades portuguesas neste Estado, aqui estou no intuito de abordar e relembrar o grande dia 25 de abril de 1974, suas razões e feitos acontecidos há 50 anos, como foi solicitado, para passar um pouco como as coisas aconteceram. É verdade que houve outras avaliações sobre o assunto, então vou lá nos primórdios de Afonso Henriques, com coragem, garra e determinação, separou do então Leão e Castela, o condado português já governado por sua mãe, criando o Reino de Portugal em 1139. Oficialmente é reconhecido por Dom Afonso VII de Leão e Castela, em 1143, pelo Tratado de Zamora, que veio a ser confirmado pelo papa Alexandre III, em 1169, implantando assim a monarquia. Nesse período de mais de sete séculos, Portugal, com seu desenvolvimento marítimo, chegou a terras distantes, sendo assim por 70 anos, vindo a ser reconhecido como o maior império do mundo. Em 5 de outubro de 1910 foi implantada a república, que atravessou a primeira grande guerra, de 1914 a 1918, logicamente que com enormes dificuldades da delegação do país, havendo a necessidade de tomar atitudes drásticas. Em 1926 se destacaria na Universidade Coimbra o ilustre professor António de Oliveira Salazar, que, convidado a participar do governo, aceitou a proposta. A situação era caótica e difícil de controlar, levando o governo a instalar ditadura nacional e assumindo o Ministério das Finanças o doutor Oliveira Salazar. Em 1933, foi decretado, confirmando a ditadura, o Estado Novo, tendo como Primeiro Ministro o doutor Oliveira Salazar, em cujo sistema ditatorial se manteve até 25 de abril de 1974, o dia da revolução. Mas, afinal, o que levou à atitude tão drástica, como foi a

revolução? Senhoras e senhores, só quem viveu tal situação nesse período de 1926 a 1974 é que conhece o que acontecia, como os meus pais, por exemplo, ou eu mesmo, pois vivi 30 anos debaixo de uma ditadura, com submissão permanente. Certo dia fui preso, quando, sentado numa lancheria, comendo alguma coisa, livro aberto revendo as matérias abordadas na última aula, da qual acabava de sair. Além da liberdade cerceada por tantos anos, que logicamente acirrava as mentes de qualquer cristão, outras razões houve, e a principal foi a Guerra Colonial, iniciada por Angola em 1960, seguida por Moçambique e Guiné-Bissau, e, logo após, por Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

É evidente que houve a necessidade de preparar tropas para o enfrentamento, e assim criou-se em todo o país um sentimento de perigo e horror, e uma insatisfação entre as famílias que viam seus filhos partir para a frente de guerra, correndo vários perigos, inclusive a própria vida. Mas o desgaste dos capitães foi certamente a gota d'água. E por quê? A mobilização para ir para a guerra era a seguinte: mobilizados, por exemplo, para Angola, lá permaneciam por 2 anos. Terminado esse tempo, retornavam a Portugal e, cerca de um ano passado, eram novamente mobilizados para mais uma missão em outra Colônia, onde se mantinham por mais dois anos, e assim sucessivamente. As razões eram, por um lado, por promoção ao posto de major, e, por outro, as promoções insuficientes a capitão, diminuindo assim a quantidade suficiente para suprir as faltas. Mas e a vida das famílias? Como era? E os filhos, com toda essa ausência dos chefes da casa?

Há um outro ponto a ser considerado, ou seja, o porquê das guerras. Naturalmente, por desejarem a independência, por influência de outros países europeus que consideravam e eram negados por Portugal. Havia uma razão básica que era a grande dependência que o país tinha de determinados produtos – e eram muitos – das Colônias, como petróleo, diamantes, tecidos, café, madeiras, entre outros, que iriam fazer falta ao país. Por todas essas razões, vamos então de fato aos acontecimentos, ou seja, à Revolução dos Cravos, de 25 de abril, ou dos Capitães.

Em 13 de julho de 1973, por Decreto 353, tentava-se que os oficiais milicianos, em função da falta de oficiais, permanecessem ao serviço, e foi criado o Movimento das Forças Armadas, inicialmente chamado Movimento dos Capitães, que era oposição ao Regime e à Guerra Colonial. A partir daí, algumas atitudes foram tomadas com o objetivo de levar em frente a forma, o modo de derrubar o Regime existente, até que em 16 de março de 1974, partiram das Caldas da Rainha duas centenas de soldados com destino a Lisboa no intuito de avançar com o golpe, mas não foi preparado devidamente, por um lado. Há várias maneiras de explicar ou de entender o fracasso que até hoje não está devidamente esclarecido. É estranho pela forma como se entregaram sem a mínima resistência e os oficiais presos. Sem entender que outros quartéis não saíram para Lisboa. Ou tenha sido uma forma de saber se todos estavam presentes para avançar não nesse dia marcado, conhecendo as consequências. Ou ainda para alertar os indecisos que o assunto era sério e absolutamente necessário de terminar com a ditadura e com a guerra colonial que tantas vidas ceifou. O fato é que o problema era sério, tanto assim, que 40 dias após os 16 de março aconteceu o que se pretendia. Em 25 de abril,

meia-noite, ou melhor dizendo, 30 minutos já do dia 25, era dada a primeira senha com a música “E depois do adeus”, de Paulo de Carvalho, o que queria dizer que tudo estava como o planejado. Pelas 2h15min, o sinal de avançar, cada um para o projetado, Grândola Vila Morena, de José (Zeca) Afonso, nós acabamos de cantar. Estava dado o início da revolução de 25 de abril, dos Cravos ou dos Capitães. Eu tinha saído do quartel pelas 5h do dia 24 de abril para a minha própria casa, cerca de 30 km do quartel. Às 4h da madrugada, acordei com um grande alvoroço na rua, me vesti e fui verificar o que estava acontecendo. Foi fácil verificar a razão pelas gritarias que dizia: “Abaixo a ditadura, viva a liberdade!” Não tive dúvida alguma e me dirigi imediatamente ao quartel, onde cheguei perto das 5h da madrugada e me inteirei do que estava acontecendo. Na realidade, o pessoal do quartel era o pessoal do serviço e segurança, mais os alunos – que era o nosso caso –, tenentes fazendo curso para capitães milicianos. Nós, os alunos, estávamos também para qualquer necessidade que pudesse servir como reforço ou necessidade. Repito. E isso aconteceu. Olhem só! Recebemos uma ligação do Comando ordenando que enviássemos à Tapada, que existia atrás do quartel e onde fazíamos alguns treinamentos. Tapada, para quem não sabe, é uma área bastante arborizada, rodada por muros, geralmente destinada à criação de caça. Exatamente por isso, o Presidente da República ia nessa tapada para caçar e passar, às vezes, um fim de semana. O que estava acontecendo é que não sabiam onde se encontrava o Presidente e por isso a solicitação. No quartel, salvo o pessoal de serviço, apenas nós, alunos, e lá fomos cumprir o solicitado, com toda cautela, à procura do Presidente e eu, como mais antigo, comandi e conduzi a operação. No local existia uma casa rodeada por um riacho, com uma profundidade de cerca de 13 metros, e uma mureta com cerca de 60 centímetros com acesso por um portão móvel, por uma questão de segurança. Ordenei à alguém que avançasse, que se colocasse atrás da mureta. Ele correu, atravessando uma distância de 6 metros e, ao se abaixar, fez confusão, se atirou ao lado contrário, caindo no riacho 13 metros abaixo – coisas que fizeram parte de tudo isso, um exemplo, pois aconteceram outros casos – e, claro, que teve consequências, quebrando uma série de ossos. No dia seguinte, 26, com toda a situação calma, eu e meu colega passávamos para o Luiz, vou anular os Camões, onde, aliás, se localiza a embaixada do Brasil, para ver a situação. O local com bastante de gente, bandeiras içadas, Forças Armadas acompanhando, e tranquilo, até que, em determinado momento, surge lamentavelmente uma van lotada policiais. Os policiais eram as pessoas mais odiadas em face do seu comprometimento e exigência com as pessoas na rua. E o que aconteceu? O pessoal começou a arrancar os paralelepípedos e a jogar contra a van. O soldado que estava sentado no último banco pegou o seu revólver e começou a atirar a esmo. Felizmente eu presenciei tudo e rapidamente me joguei no chão, saindo fora da linha de tiro, sentindo o zunido no meu ouvido; ao meu lado estavam os soldados da Força Aérea, que vendo o que eu vi, colocou sua arma na direção e disparou atingindo o policial, que faleceu, lamentavelmente. Mas, felizmente, apenas três pessoas faleceram na revolução, aliás, faleceram mais três pessoas, com esta, quatro pessoas. Por quê? Essas pessoas se dirigiram à casa onde estava a PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado – a polícia mais terrível, ficando apenas atrás da célebre KGB, da

Rússia, todos devem se lembrar disso –, e mataram essas pessoas. Pessoal, resta-me falar dos cravos, que terminaram dando nome ao ato. Uma senhora chamada Celeste Caeiro tinha adquirido, por ordem do seu patrão, uma quantidade de cravos para oferecer às pessoas que fossem fazer nesse dia sua refeição em seu novo restaurante. Dado o que estava acontecendo, o senhor proprietário resolveu não abrir o restaurante e disse para a senhora Celeste que pegasse os cravos e os distribuísse a quem quisesse, já que iriam se estragar. Pegou os cravos, estava na rua quando um soldado lhe pediu um cigarro, ao que ela disse que não tinha, mas sim esses cravos, e ofereceu um ao soldado, que, por sua vez, o colocou no cano da arma e a dona Celeste ofereceu os cravos a outros soldados, que fizeram o mesmo, colocando nos canos das armas, e assim viralizou. Dando o nome, inclusive, ao próprio evento. Em pouco tempo, todo soldado tinha sua arma ornamentada com um cravo, virando assim Revolução dos Cravos. Pessoal, muitas coisas eu deveria trazer mais por menor sobre isso que aconteceu, mas apenas um resumo de como as coisas aconteceram, coisas, como eu disse aqui, que não se entenderam, não ficaram muito claras, porque há várias razões para ser, então quero que entendam como o quiser.

E agora alguém vai falar para nós o que aconteceu com toda essa atitude que se fez, colocando no chão a ditadura, parando com as guerras e colocando, acertando o desespero, o desgaste do nosso Exército. Muito obrigado, até uma próxima oportunidade.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Sr. Marçal de Menezes Paredes está com a palavra.

SR. MARÇAL DE MENEZES PAREDES: Muito boa tarde a todos, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Ver. Mauro Pinheiro; Sr. António Davide, Exmo. Conselheiro das Comunidades Portuguesas na América Latina; Dra. Filipa Mendonça, nossa vice-cônsul de Portugal em Porto Alegre; meu caro Fernando Lopes, presidente da Casa de Portugal, vereadores, vereadoras, cidadãos e cidadãs da cidade de Porto Alegre. Estamos aqui para falar dos 50 anos da Revolução dos Cravos, acontecida no dia 25 de abril de 1974. Eu acho que a música, que inclusive foi tocada brevemente no início dessa ocasião, representa algo importante e que deve ser lembrado todos os dias, inclusive nesta Câmara de Vereadores. A música dizia e diz: “Grândola, vila morena/Terra da fraternidade/O povo é que mais ordena/Dentro de ti, ó cidade”. O povo é quem ordena a cidade; é nesse sentido que a gente deve lembrar dos 50 anos da Revolução dos Cravos, porque é onde se comemora o dia da democracia, é onde se comemora o dia da liberdade, não é apenas uma efeméride lisboeta, apenas uma efeméride portuguesa; nós estamos falando do fim da mais longa ditadura da Europa ocidental, nós estamos falando do fim do mais longo colonialismo europeu no continente africano, nós estamos falando absolutamente de um movimento feito, liderado por capitães, por militares de baixa patente do exército português que resolveram defender a democracia. Onde nós temos militares defendendo a democracia, nós temos também uma singularidade importante, onde inclusive, por causa de uma série de desdobramentos do governo de transição, da Junta de Salvação Nacional, liderada por António de Spínola,

que vai se comprometer com a descolonização de Angola, de Moçambique, de Cabo Verde, da Guiné-Bissau, de São Tomé e Príncipe, inclusive do Timor Leste, no sudoeste asiático. Nós estamos falando de um processo de transição, cheio de tensões, de um verdadeiro golpe militar que põe abaixo uma ditadura e que repara imediatamente, o povo sai à rua, porque é o povo que ordena a cidade, e se transforma numa revolução popular; dessa revolução popular que sai às ruas com estudantes, que também observa a chegada de exilados portugueses, que fugiam da repressão da horrorosa à Polícia Internacional e de Defesa do Estado – PIDE. Nós estamos falando de um país, Portugal, antes da Revolução dos Cravos, que tinha a mais alta taxa de analfabetismo da Europa ocidental, nós estamos falando de um país absolutamente depauperado em que as pessoas fugiam por extrema pobreza. Não é à toa que tinha mais de 1 milhão de portugueses exilados na França. Todos os operários que construíram Paris, todas as mulheres que limpavam as ruas e as casas de Paris, portuguesas de origem, fugiram de Portugal, porque fugiram da fome, porque fugiram da pobreza, porque fugiram da perseguição política. Ora, o que nós comemoramos nos 50 anos da Revolução dos Cravos? Nós comemoramos que a democracia instaurada no dia 25 de abril entregou concretamente a melhoria profunda em todas as estatísticas sociais de Portugal. E esse é o grande legado da revolução de Portugal, nós estamos aqui provando categoricamente que a democracia entrega a melhoria concreta do povo português. Em 50 anos para cá, aumentou a taxa de natalidade, diminuiu a taxa de mortalidade, diminui a taxa de mortalidade infantil, aumentou o número de estradas, o número de caminhos de ferro, aumenta imensamente o produto interno bruto português, aumenta a globalização da economia, e as pessoas param de fugir da pobreza de Portugal, e Portugal passa a receber imigrantes do mundo inteiro. Nós estamos falando de um país que deixa de ser percebido como soturno, macabúzio, pobre, depauperado e passa a ser a moda turística dos países desenvolvidos. Das trevas para um dia solar. E o que entrega isso? Qual foi a mágica que foi feita? Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, cidadãos e cidadãs, num momento onde somos todos bombardeados por *fake news* do mundo digital e que facilitam coisas complexas e que dizem que governos ditatoriais são a solução para os problemas sociais, nesses 50 anos da Revolução dos Cravos, o momento é de declarar que isto é mentira e que é concreto o aumento do nível de vida de Portugal em todas as estatísticas sociais. Portanto, é a democracia quem concretamente entrega coisas altamente salutares, altamente positivas e muda para melhora a vida das pessoas. É bom que se diga que o próprio processo de transição não foi sem tensões. Portugal, logo depois do golpe militar transformado em revolução popular, na manhã do dia 25 de abril, sofreu o risco de uma ditadura de extrema direita e sofreu o risco também de uma ditadura de extrema esquerda. Mas com a sabedoria dos partidos constituídos e que retornavam do exílio transformados em legalmente forças representantes das vontades populares, se comprometeram também, assim como os militares de abril, a defender a democracia, a defender a pluralidade de informações, a defender a liberdade de consciência e promover isso socialmente. Portanto, vale dizer que a própria história dos Capitães de Abril e da Revolução dos Cravos também é uma história brasileira. Para quem não sabe, o famoso fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado é

autor de uma das mais belas fotos, porque, como correspondente das agências europeias, onde estava, foi cobrir a revolução. É a história do fotojornalismo brasileiro, mas também, Sr. Presidente, é a história da recriação – ou da criação, formalmente falando – do PDT, o Partido Democrático Trabalhista, que, na Carta de Lisboa, em 1979, dá eco justamente à experiência social que Lisboa, transformada em laboratório político e sociológico, acabava animando para toda a Europa ocidental e para todo o Terceiro Mundo: os desafios de se construir uma sociedade democrata, democrática, plural, mas que buscava a igualdade e a melhoria concreta do nível de vida das pessoas. Nesses 50 anos do 25 de abril, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, fica o meu mais sincero apelo para que a gente combata, na Casa do Povo, a Câmara de Vereadores, as *fake news* e a desinformação, e que ensinemos, com os cravos na lapela, a pedagogia da democracia, pelos próximos cinquenta, cem, mil anos. Muito obrigado. Viva o 25 de abril; fascismo nunca mais!

Vereadora Biga Pereira (PCdoB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero dizer a vocês que 25 de abril de 1974 é, sem dúvida, um importante marco na nossa história da humanidade contra o fascismo, que nos tempos atuais insiste em ameaçar os povos e a democracia. O fim da ditadura salazarista abriu caminho para a independência das colônias em África. A luta por liberdade e democracia contra o colonialismo bate forte em nossos corações, em nossas mentes. Para o PCdoB, a Revolução dos Cravos continua a iluminar nossos caminhos na vigilância para que a experiência do arbítrio e do fascismo nunca mais se repita. Viva os heróis da Revolução dos Cravos. Parabéns!! (Palmas.)

Vereador Adeli Sell (PT): Caro Mauro Pinheiro, nossos nobres visitantes, em nome da minha bancada do Partido dos Trabalhadores, Ver. Jonas Reis, Gimenis e Oliboni, Adeli Sell, quero aqui agradecer vossa presença. Para mim foi impactante, eu me emocionei de veras porque eu me lembro que foi a senha que foi dada naqueles 25 minutos do dia 25 de abril, eu era estudante do Instituto de Filosofia e Letras da UFRGS e nós festejamos muito naquele dia porque nós estávamos ainda sob o tacão da ditadura brasileira. Foi um belo exemplo e, para mim, sempre os cravos são uma flor majestosa, porque sempre me lembra os cravos na ponta dos fuzis. Eu acho que é muito importante que lembremos essa data aqui. E tem uma casualidade com Porto Alegre: no dia 25 de abril de 1962, o governador Leonel Brizola mandou dinamitar a casa de correição que tinha virado a nossa cadeia pública horrível, horripilante. Então também foi um dia importante, 12 anos antes, aqui, nós termos destruído também algo que nos fazia envergonhar. Gravei um vídeo no dia 25 para lembrar os vestígios do que fora o cadeião, e hoje estamos aqui com a vossa lembrança porque eu trabalho muito com a história e com a memória; memória é fundamental, isso nos engrandece, nos enleva para não cometer os mesmos erros do futuro. Viva a democracia! Obrigado. (Palmas.)

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente Mauro Pinheiro, parabéns, creio que foi o proponente da homenagem aos 50 anos da Revolução dos Cravos. Para nós do PSOL, estou aqui com o vereador Alex, a vereadora Karen, o vereador Pedro Ruas, tem uma importância, obviamente, histórica, fundamental para a luta democrática. Eu creio, e o Adeli lembrava, que o hino Grândola, Vila Morena foi essa senha para que o levante militar ocorresse, e o professor e os representantes aqui da comunidade portuguesa lembravam que esse 25 de abril foi um dia histórico porque cai a ditadura, uma ditadura que creio que veio dos anos 26 se não me engano, uma ditadura militar, quer dizer que Portugal viveu um golpe militar em 1926, que destruiu, que combateu a república portuguesa, e foi uma ditadura muito longa, uma das mais longas. Salazar, que foi o primeiro ministro, ministro da economia, depois ficou muito tempo no poder, e esse 25 de abril foi o momento em que abriu um processo revolucionário em Portugal, e abriu um processo revolucionário em Portugal, Mauro – eu acho que isso tem muita importância como ensinamento –, a partir inclusive da ação dos militares. Para os nossos militares, para os militares brasileiros, isso tem uma importância. Os militares brasileiros deveriam estudar inclusive a história das forças armadas portuguesas, porque o estudo das forças armadas portuguesas nos permite aprender que as forças armadas têm limites para serem utilizadas como bucha de canhão, como exército de ocupação, que foi o que ocorreu. Quer dizer, na verdade, essa revolução portuguesa que começa no dia 25 e que deve ser muito comemorada, ela foi produto direto das revoluções vitoriosas na África, nos processos de independência de Moçambique, de Guiné-Bissau e de Angola, que permitiram – que permitiram -, sim, vejam só a importância que tem um processo de libertação nacional na periferia, em países coloniais, que produziu uma transformação revolucionária num centro capitalista que, evidentemente, já estava, digamos, era o velho império português, de uma certa forma, em decadência, mas que desencadeou um processo revolucionário a partir do esgotamento das forças armadas que, se não me falha a memória, nos estudos que fiz, perderam mais de 10 mil homens na guerra colonial, numa situação absurda em que Portugal tinha quatro anos de serviço militar obrigatório, quatro anos de serviço militar obrigatório. Uma ditadura que impedia a organização partidária, organização sindical, a livre organização do movimento estudantil, a liberdade de imprensa, e tudo isso desabou por uma resistência que foi muito forte nos anos anteriores, mas, a partir da ação dos militares, porque quem começou o processo revolucionário foram os setores médios das forças armadas cansados da guerra, cansados de combater na África, na verdade sem ter nenhuma razão para combater na África, para defender o povo português, porque o povo português também estava sendo atacado. Eu creio, e isso na verdade são experiências que eu acho que todos nós devemos estudar, porque a experiência portuguesa foi rica a tal ponto de que talvez nós tenhamos a democracia mais forte europeia, a democracia portuguesa ainda hoje, apesar de que a crise capitalista tem chegado também com força em Portugal, e a razão pela qual nós temos hoje um partido que reivindica a herança salazarista, tendo 18% nas últimas eleições. Isso tem uma importância enorme, por quê? Porque, na verdade, nós vemos que ainda a extrema direita e essas posições fascistas começam a repercutir em Portugal. Numa

experiência que eu acho que foi histórica, eu não vou aqui entrar em balanço, porque não cabe, eu quero só ressaltar a importância dessa homenagem que vocês nos trazem, essa lembrança que vocês nos trazem, porque é um balanço histórico que todos devem fazer. Em Portugal, não foi um processo qualquer; foi uma ação militar que desencadeou o início de um processo revolucionário, onde nós tivemos – e não faz tanto tempo atrás – conselhos operários, conselhos de soldados, processos de auto-organização e de assembleias democráticas do movimento estudantil, do movimento camponês. Nós tivemos a nacionalização de mais de 60% da economia, nacionalização do sistema bancário; depois o processo, na verdade, se transferiu para uma via mais eleitoral. Na via eleitoral, consolidou-se uma democracia, mas também eu acredito que Portugal, nesse caso, não rompeu, e foi uma opção eleitoral, o processo revolucionário se estagnou, mas, felizmente, embora a revolução não tenha ocorrido, a força do processo revolucionário foi tão grande que as liberdades democráticas em Portugal seguem fortes ainda hoje. E eu acredito que, em razão disso, opções de extrema direita têm muitas condições de serem derrotadas de modo definitivas em Portugal. Por isso que é tão importante lembrar os 50 anos, para que não se repita e para que os portugueses possam dar novos exemplos para o mundo. Parabéns à comunidade portuguesa! Parabéns ao Presidente, que propôs essa homenagem! (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Nós queremos agradecer aos representantes aqui, à nossa vice-cônsul. Muito obrigado pela presença, o Serra, o Marçal, o nosso conselheiro Antônio Davi das Comunidades Portuguesas, o nosso presidente da Casa de Portugal. Parabéns pela aula de história e pela luta democrática de Portugal que não só é importante para Portugal, mas como exemplo para o mundo inteiro. Parabéns a Portugal pela sua democracia! E a democracia, com todos seus problemas e defeitos, a gente sabe que é a melhor forma que temos de governar. Então, parabéns a Portugal! Parabéns aos 50 anos da Revolução dos Cravos! À cônsul, também muito obrigado pela presença. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h36min.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): (16h44min) Estão reabertos os trabalhos.

Vereadora Fernanda Barth (PL) (Requerimento): Em concordância com meu colega, Ver. Gilson Padeiro, a gente solicita o adiamento para semana que vem do nosso Grande Expediente de hoje. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação requerimento da Ver.^a Fernanda Barth. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Mari Pimentel (REPUBLICANOS): Presidente, eu gostaria de sugerir – nós temos um comparecimento importante para cidade de Porto Alegre – que seja feita uma lista, onde a gente tenha uma representação da Câmara tanto da base, como da oposição, como dos independentes. E, se possível, daqui a pouco, reunir os líderes para conversar esses espaços para que a gente consiga todos, tendo em vista a importância dessa pauta e a importância de esclarecermos para a sociedade, que também tenhamos a oportunidade, quem sabe. Já estava rolando uma lista antes, e nem começou ainda, que a gente consiga incluir todos para debatermos e perguntarmos para os secretários.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Presidente, nesse sentido eu gostaria de, em nome da bancada do NOVO, corroborar com a Ver.^a Mari, e acredito com outros vereadores, porque esta Casa é a voz do povo de Porto Alegre. São 36 vereadores eleitos para representar a coletividade dos 1,3 milhão habitantes. Então, se vem o Executivo – e queremos agradecer que vieram aqui prestar esclarecimentos –, acho que todo o povo de Porto Alegre nas representações das bancadas, dos 36, poderiam ter proporcionalmente direito à fala. Então gostaria de endossar e pedir que vossa excelência convoque os líderes para a gente definir a proporcionalidade das questões. Obrigado, Presidente.

Vereador Cláudio Conceição (UNIÃO): Presidente Mauro Pinheiro, eu queria me posicionar na direção contrária ao que a Ver.^a Mari colocou. Cada vereador tem o seu espaço de bancada, de liderança, então é desnecessário.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Só para esclarecer, tanto é que os primeiros inscritos aí são da oposição. Quem chegou foi se inscrevendo. Não tem... Boi lerdo toma água suja.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, eu creio que é pertinente pelo tema que será abordado hoje aqui, é muito importante que a Câmara tivesse a voz os 36 vereadores, mas se é uma Casa de cumprir [Regimento](#), os líderes têm a palavra como nato, é óbvio, todos os líderes têm a palavra. E a maior parte dos que estão inscritos são líderes também. Então, os líderes falam e falam mais 10. Ou falam todos os vereadores.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente Mauro, eu, na verdade, estou aguardando o encaminhamento da presidência. Até agora não tenho o encaminhamento da presidência. Nós acabamos de ter uma homenagem sobre a Revolução dos Cravos e agora, que eu saiba, nós vamos entrar no comparecimento do secretário. Bem, se tem o comparecimento do secretário, a partir do anúncio do comparecimento, abre-se a lista de oradores. Então, eu estou entendendo que, a rigor, a lista que vai valer é a lista que vai surgir a partir da abertura do trabalho. Como o trabalho ainda não foi aberto, eu não reconheço nenhuma lista. Então nós temos que saber se existe uma lista de oradores, eu vi ali até...Porque, se algum vereador se sente prejudicado, o Regimento é que tem que ser cumprido. E, salvo engano, o diretor legislativo está aí para

nos orientar, a lista é aberta quando há a convocação. Salvo engano, evidentemente. Então eu estou consultando a Diretoria Legislativa para que a gente possa encaminhar esse problema.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Nós temos uma lista de comparecimento aqui já... (Lê.): “Art. 139 - O Secretário Municipal, Diretor de Autarquia ou de órgão não subordinado à Secretaria poderá comparecer à Câmara Municipal, a convite ou espontaneamente, para prestar esclarecimentos, após entendimentos com o Presidente, que marcará dia e hora para recebê-lo. Durante o comparecimento, a autoridade falará por até 15 minutos no início e por até 10 minutos no final. Após o pronunciamento inicial da autoridade, poderão falar até 10 vereadores pelo prazo de 5 minutos cada, incluindo-se o requerente do Comparecimento, se houver.

Então, em Comparecimento, o secretário Léo Voigt já está presente, vamos chamá-lo agora. Ele terá esses 15 minutos, depois, 10 oradores por até 5 minutos, sem aparte. Já temos escritos aqui 16 vereadores: Ver.^a Biga Pereira, Ver.^a Fernanda Barth, Ver.^a Comandante Nádia, Ver. Pablo Melo, Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, Ver. Jonas Reis, Ver. Jessé Sangalli, Ver. Idenir Cecchim, Ver.^a Lourdes Sprenger, Ver. Cassiá Carpes, Ver. Moisés Barboza, Ver. Aldacir Oliboni, Ver. Adeli Sell, Ver. Everton Gimenis, Ver. Ramiro Rosário e Ver. Roberto Robaina. Pelo Regimento, nós teremos até o Ver. Cassiá Carpes. Agora, se os vereadores decidirem fazer diferente de como está no Regimento, é por acordo. O Vereador-Presidente vai cumprir o que está no Regimento.

Vereador Roberto Robaina (PSOL)(Requerimento): Presidente, só uma questão...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Os líderes também podem falar a qualquer momento.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Eu vou falar como liderança da oposição, não vou usar esses 10 oradores, para que inclusive os 10 oradores possam usar a palavra. O que eu observo é que – eu até me escrevi, porque eu conheço como a banda toca, para usar uma expressão popular – eu vi ali que podia ter uma lista já, mas, neste caso, como teve vereadores e vereadoras que reclamam. E o que reclamam? O seu direito de se inscrever. Mas baseado em que eles reclamam esse direito? É que tem que haver um anúncio público de quando se abrem as inscrições, porque, do contrário, alguns vereadores são avisados e outros não; e isso rompe a isonomia. Então, como em nenhum momento foi aberto... O líder do governo aqui está tentando me atrapalhar, e não para de falar do lado aqui, dizendo que foi aberto.

(Aparte antirregimental do Ver. Idenir Cecchim.)

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Eu tenho direito de falar no microfone. O senhor parece que está nervoso, porque vocês têm muito o que explicar. Como vocês têm muito o que explicar, o senhor fica nervoso, mas o senhor tem que respeitar quem está falando. E o que eu tenho que dizer, Presidente Mauro, é só isso: é que a gente tenha uma ordem, porque a situação é muito grave e, evidentemente, nós queremos debater, queremos saber o que ocorre, queremos fazer as perguntas que correspondem. Infelizmente, a verdade é essa: tem gente da base do governo que quer abafar esse problema. Nós não vamos aceitar que seja abafado esse escândalo que ocorreu em Porto Alegre, e é por isso que às vezes fazem essas manobras, tentando impedir uma vereadora como a Mari Pimentel, tentando impedir o companheiro que é do NOVO, que não é do meu partido, que não tem a minha ideologia. Então, nós temos que nos respeitar. E tem direito de fala, é só isso.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Está bem, vereador, está feito o registro. Vereadores, o Comparecimento está previsto no Regimento, foi colocado na agenda da Casa hoje pela manhã, foi colocado no grupo dos vereadores. No momento da abertura da sessão, os vereadores de diversos partidos, tanto da base como de oposição, me procuraram aqui, foram se inscrevendo e foram pedindo, vieram até aqui, inclusive, a Ver.^a Biga está escrita, o Ver. Jonas está escrito... Então, nós temos aqui vereadores de todos os partidos que se inscreveram. Nós estamos dentro do Regimento, mas se os vereadores acharem que querem fazer diferente do que está previsto no Regimento, não tem problema nenhum, é só uma questão de os vereadores alinharem. Se não tiver acordo diferente, nós seguiremos o que está previsto no Regimento.

Vereadora Mari Pimentel (REPUBLICANOS): Presidente, um de cada partido tem também a liberdade, além dos dez inscritos?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Não, pelo Regimento são dez inscrições por ordem de chegada. O vereador vem, se inscreve, o documento está aqui desde o início da sessão, e os vereadores foram se inscrevendo. Além dessas dez inscrições, os líderes de cada partido também podem usar o seu tempo de liderança sem problema nenhum.

Vereadora Mari Pimentel (REPUBLICANOS): Os líderes dos partidos podem pedir também?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Podem utilizar o tempo de liderança.

(Aparte antirregimental.)

Vereadora Mari Pimentel (REPUBLICANOS): Não vale? O líder do governo está dizendo que não vale quando falar como liderança.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Como liderança, os vereadores podem pedir liderança a qualquer momento.

Vereadora Mari Pimentel (REPUBLICANOS): Mas pode perguntar também? Porque o ideal é perguntar.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Nós temos as dez inscrições mais os tempos de liderança. O próprio Ver. Oliboni...

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, eu creio que isso vai resolver. Dá uma olhada para mim, por favor, quantos líderes estão escritos. Se tem quatro ou cinco, já chega nos catorze. Quatro ou cinco líderes e mais dez já passou dos catorze. Então, já resolve o problema.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Nós temos 16 partidos, então são 16 lideranças, mais os 10 inscritos; são 26 vereadores que podem falar.

(Aparte antirregimental.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Podemos dar continuidade?

(Aparte antirregimental.)

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Hoje temos o comparecimento do Sr. Léo Voigt, secretário municipal de desenvolvimento social, que abordará a política de assistência da Prefeitura e sobre as medidas adotadas pelo Município frente à tragédia ocorrida em virtude do incêndio ocorrido na Pousada Garoa. Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Roberto Rocha, procurador-geral do Município; Sr. Fernando Ritter, secretário municipal da saúde; coronel Evaldo Rodrigues Júnior, Coordenador-Geral da Defesa Civil; Sr. Cristiano Roratto, presidente da FASC. Registramos a presença do secretário municipal de governança local, Sr. Cassio Trogildo.

Passamos a palavra, imediatamente, ao Sr. Léo Voigt, secretário da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS.

SR. LÉO VOIGT: Boa tarde a todos e todas. Quero agradecer à Câmara Municipal este espaço para diálogo e para prestação de contas sobre a nossa visão do que se passou na madrugada de sexta-feira, e também dar transparência às primeiras iniciativas tomadas, até agora, pelo poder público municipal.

Todos vimos aqui, com grande consternação, porque nós tivemos, de fato, 10 pessoas que faleceram de uma forma trágica, a pior forma possível para acontecer a passagem da vida para a morte. Então, é um momento de grande luto. É um luto profundo para a cidade, é um momento de luto profundo para a rede de assistência social, porque acompanha boa parte dessa população, vela por essa população e tenta, com ela, fazer o retorno para os vínculos familiares e os vínculos sociais, e também um luto, porque nós tivemos vidas interrompidas. As pessoas que morreram, acima de tudo, não poderão mais prosseguir nos seus planos de felicidade de vida, de usufruto das condições que elas seriam capazes de edificar. Por fim, nos toma ainda mais fortemente esse luto, uma vez que uma parte das pessoas atingidas aceitaram aderir a uma política pública e estavam iniciando um processo de transição da vulnerabilidade das ruas, do risco das ruas para um processo de acolhimento, para um processo de restauração dos vínculos familiares, territoriais e comunitário. E essa é uma profunda derrota, porque o nosso papel é velar por esse processo, o nosso papel, vereadores, é convencer a população que está na rua a aderir a alguma forma de acolhimento, e muitos dos que morreram fizeram esse aceite, e ao fazer esse aceite foram vítimas dessa estupenda tragédia. A política de abrigamento em pousadas em Porto Alegre iniciou de fato em 2001 e durou até 2012, foi uma política bem sucedida e havia três empresas prestadoras de serviço para esse tipo de abrigamento, para esse tipo de acolhimento. Ela foi interrompida em 2012 e retomada durante a pandemia, a partir de um incentivo do governo federal que disponibilizou recursos para o programa Housing First, e esse programa de primeira moradia, era um programa que ao sair das ruas, as pessoas eram automaticamente abrigadas em pousadas. Então foi retomado o modelo de pousadas com financiamento federal, e foram compradas 60 vagas que foram amplamente utilizadas. Quando a nova administração assumiu o governo municipal, nós obtivemos da rede socioassistencial o relato da grande efetividade do acolhimento em pousadas, por quê? Porque as populações mais resistentes a aderir a uma política pública findavam aderindo à pousada. Aquelas pessoas em circunstância, Presidente, de vulnerabilidade e risco, e que têm domicílio na rua e não aceitavam abrigo, albergue, internação, comunidade terapêutica, serviços no Santa Marta; aquelas que eram resistentes às ofertas que o Município tinha, uma parte importante dessa população findava aceitando o modelo de hospedagem, porque no modelo de hospedagem elas têm um quarto individual, autonomia de acesso, liberdade pessoal, liberdade de frequência, de usos, de costumes, elas se autodeterminam porque têm acesso a um quarto individual com um banheiro e cozinha compartilhada. No governo municipal do prefeito Melo, nós fizemos essa passagem, vou dar os números exatamente verdadeiros para vocês porque lembro todos de cabeça: nós passamos, já no primeiro ano de 2021, de 60 vagas para contratar 450 vagas; um ano depois, nós reduzimos para 400 vagas, uma vez que nós vimos que houve um acesso ampliado da população de rua, deixando a vulnerabilidade das ruas para ingressar na modalidade pousada – este ingresso chegou a um certo teto, que tem variado entre 320 e 350 pessoas; por isso, então, o contrato diminuiu para 400 vagas de pousada; nós temos hoje 320 pessoas que deixaram as ruas e que estão frequentando as pousadas, significando também que nós ainda temos vagas disponíveis.

Bom, rapidamente, sobre a questão do contrato com a pousada Garoa, foi feito um credenciamento, o modelo de licitação foi por credenciamento. Em 2023 venceu o contrato anterior, foi feita uma nova licitação pelo modelo de credenciamento. Nós imaginávamos, porque conhecemos prestadores de serviço anteriores, na época de 2001 e 2012, de que mais instituições se habilitariam neste credenciamento, o que nos permitiria ocupar diversas vagas em diferentes equipamentos, o que na área social é muito importante, porque gera efeito comparação – este efeito comparação e competitivo leva inclusive a uma tendência de melhoria na prestação de serviços, pelo agente privado. E para nossa surpresa só um empresário, só uma empresa se candidatou no credenciamento, que foi a pousada Garoa, atendeu todas exigências documentais, em plenitude com a legislação de licitação, atendeu todas exigências da FASC, do ponto de vista do termo de referência da contratação do serviço; imediatamente passamos então a retirar pessoas da rua em larga escala, colocando-as em pousadas, permitindo que eles mantivessem a sua liberdade na rua, as suas atividades econômicas, as atividades lúdicas, sociais e também os seus usos e costumes pessoais. Então, é por isso que a pousada Garoa é a única contratada, porque nenhum outro agente se dispôs a trabalhar com esse perfil de política pública. Por fim, sobre o processo de contratação, tem um contrato, um contrato público. Bom, sobre o episódio trágico daquela noite, nós estamos o tempo todo lidando com duas hipóteses, uma hipótese é que havia problemas estruturais no prédio; portanto, o prédio incendiou, o prédio foi um indutor de insegurança, indutor de morte, foi o prédio que causou isso; e a outra hipótese é que o fogo tenha sido humanamente... sua fonte tenha sido humana. E nós temos até vídeos onde, a princípio, antes do início do incêndio, tem uma pessoa ingressando na pousada com algum tipo de carga, com algum tipo de bolsa, e, cinco minutos depois, sai. E, logo a seguir, se vê a primeira explosão. Nos vídeos, aparece que não é um fogo de um colchão, e sim de uma explosão. E, sucessivamente, menos de 11 minutos depois, ele já está no segundo andar, o que, num prédio de alvenaria, segundo os bombeiros, é muito duvidoso tão rápido o alastramento num prédio de alvenaria e concreto.

Bom, e esse drama da pousada Garoa e do incêndio, quero dizer que ele afeta não só as pessoas que estão sob abrigo da política da assistência social do Município, mas a outros órgãos públicos que também têm vagas contratadas com a pousada Garoa e que acomodam as suas populações do seu negócio, do seu serviço, nessa pousada. Então, nós temos três públicos prejudicados com esse incidente, que pode comprometer... Dependendo das consequências do inquérito, dependendo das apurações das responsabilidades, nós talvez tenhamos que descontinuar esse tipo de serviço. Nós temos que aguardar os resultados, mas aí significa que teremos o prejuízo da política da assistência social de Porto Alegre, da política dos órgãos federais, que têm contrato, e que, provavelmente, só mantêm esse contrato porque ele é útil no atendimento da sua população. E também daquelas pessoas humildes que vêm a Porto Alegre fazer alguma atividade econômica e se hospedam na pousada Garoa a baixo custo. Ao descontinuar esse tipo de prestação de serviço, nós teremos também três públicos impactados.

Quero concluir dizendo o seguinte: a nossa responsabilidade é relevante, porque nós, quando chegamos no governo... Quero dizer isso para todos os companheiros aqui da Câmara, todos os vereadores, sejam da base, sejam os amigos da oposição, pois objetivamente, quando nós chegamos no governo, sob a minha liderança, nós mantivemos todos os serviços, todos os métodos de trabalho e todos os contratos existentes na assistência social de Porto Alegre, e fortalecemos, ampliamos e desenvolvemos. O que Porto Alegre acumulou de experiência na política socioassistencial no governo Sebastião Melo foi redimensionado em termos de escala. Para que um projeto social, para que um programa social seja sério, seja respeitável e deva ser mantido, ele tem que atender três critérios: mérito, ressonância e impacto. Mérito, porque o programa está de acordo com a legislação brasileira e os princípios ético-morais da Constituição Federal; ressonância, porque ele tem que ser um programa capaz de modificar a vida das pessoas a quem ele se dirige, ajudá-las a ter uma transformação na vida; e impacto, pois eu não posso ser a Prefeitura de Porto Alegre e atender 10 pessoas, 20 pessoas, 100 pessoas, eu tenho que ter escala numérica e quantitativa para que isso signifique realmente não um benefício grupal ou privado, mas um benefício coletivo. Nós estamos convencidos de que o conjunto das políticas públicas exercidas pela FASC, suplementados importantemente pela Secretaria de Saúde, através de todo o trabalho do Santa Marta em oficinas artesanais, os consultórios de rua e todo o sistema CAPS, além dos sistemas de abrigo que a saúde têm, esses programas têm uma acumulação de conhecimento e eles representam o esforço que nós fazemos de legitimar e dar sustentação ao SUS e aos SUAS, e que a população de rua que está amealhada desse benefício do SUAS, que a gente consiga convencê-la de que ela pode aderir, de que ela pode se beneficiar e que ela poderá estar protegida. Encerro com uma última frase: nós estamos convencidos de que não obstante as pessoas serem livres para se autodeterminar, a verdade é que viver nas ruas não é um direito humano; viver ao relento nas ruas é a garantia de que todos os direitos da pessoa estão desrespeitados. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra. (Pausa.) A Ver.^a Lourdes vai ser a segunda.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Presidente. Eu quero dizer que é com imensa tristeza que uso desta tribuna hoje. Tratar a tragédia humanitária que matou 10 pessoas, deixou mais 15 hospitalizadas, feridas, das quais três estão em estado grave, me comove, me mobiliza, mas principalmente me indigna. Eu não posso ficar aqui passiva diante de uma situação tão grave. Porto Alegre está de luto e a população espera respostas adequadas e responsáveis do Poder Público, incluindo esta Casa, para evitarmos que tragédias assim se repitam. O secretário afirma que a conveniada atendeu todas as exigências, mas os problemas foram identificados há pelo menos dois anos. O PCdoB, o Ministério Público, a sociedade civil, os servidores públicos, têm alertado, denunciado, feito pedidos de informação e de providências à Prefeitura pelo menos desde 2022 sobre a situação precária envolvendo os contratos da

assistência social, especialmente com a pousada Garoa. Em julho de 2022, a então vereadora Daiana, no SEI, gente, em 2022, entrou, endereçou pedidos de informação à Prefeitura com fotos, com imagens estarrecedoras que demonstravam já as péssimas condições estruturais da conveniada. E aí eu quero fazer uma pergunta, secretário Léo Voigt: por que somente agora a Prefeitura cria uma equipe para as vistorias, as secretarias que desde sempre tinham que estar atuando? O senhor atribuiu aqui, disse que não foi, já tirou a questão de que pudesse ser criminoso; não é, o senhor afirmou, foi estrutural, foi do prédio. Foi o contrário, contrário, o contrário. Eu conversei com o delegado, e o delegado disse que já estava afastada essa possibilidade de ser criminoso, o delegado nos afirmou isso, para mim e outros tantos vereadores que estavam lá, não é Giovanni Culau. O delegado nos disse isso.

Não é justo, portanto, nós chegarmos a esse momento, esperar uma tragédia acontecer para daí tomarmos providências. Esta, portanto, é uma tragédia anunciada, anunciada. Todas as informações que nós dispomos até agora nos informam que houve uma negligência, houve uma displicência. É uma tragédia humanitária com grandes proporções que exige apuração de responsabilidades. Há muitas questões para serem respondidas, secretário, muitas que estão sendo indagadas pela sociedade, pela imprensa, por nós todos.

Por isso, a bancada do PCdoB protocolou um pedido de CPI. Para quê? Para apurar as possíveis irregularidades nos contratos, as políticas de assistência desenvolvidas pela Prefeitura Municipal, seja pela secretaria de desenvolvimento ou seja pela FASC.

A Câmara Municipal, as vereadoras, os vereadores, não devem e não podem ser coadjuvantes passivos neste debate tão central para uma cidade como Porto Alegre. A sociedade porto-alegrense espera, espera de nós, espera que nós, vereadoras, vereadores, cumpramos com o nosso papel de fiscalização.

Por isso, no meu tempo restante de 15 segundos, eu reafirmo a pergunta secretário Léo Voigt: por que só agora, se os próprios servidores e o conselho já vinham denunciando essa situação. A notícia de agora à tarde mostra os Whats em que as casas, as pousadas, elas já sabiam previamente o dia e a hora que ia ter a fiscalização; elas sabiam. No entanto, hoje, o secretário diz à imprensa que não, é sigilosa. Mas já sabia gente, está nos Whats. Eu confesso, secretário, que me estarrece mais ainda, me indigna mais ainda que, desde 1976, Porto Alegre não tinha uma tragédia do tamanho dessa tragédia que nós passamos. Eu não vi em nenhum momento, secretário, o senhor se solidarizar com essa situação.

(O Ver. José Freitas assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Tempo, vereadora, já passou mais de 1 minuto.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, José Freitas, no ofício da presidência.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Obrigado. Vamos nos ater ao tempo, colegas, por favor. A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente em exercício, Ver. Freitas; secretários, muito importante esse comparecimento; é sinal que o governo não se esconde. Também tomei conhecimento da forma como são usadas as pousadas, eu atuo mais com entidades conveniadas num outro tipo de assistência social. Realmente, são pessoas vulneráveis, e quem não conhece ficou desejando sentimentos à família. Ora, gente, são pessoas – como disse o secretário aqui – em situação de vulnerabilidade, infelizmente, são pessoas que estão à margem da sociedade, que tem esses pernoites ou esses locais para se albergar, para continuar as suas atividades. São pessoas que não se adequam a alguma disciplina, a alguma exigência de horários, e a gente sabe muito bem que esses moradores de rua, a dificuldade do manejo, o quanto é difícil para os Municípios resolverem essa situação tanto no interior como na capital. Então, eu também tomei conhecimento, eu lamento as mortes, é lógico...

(Aparte antirregimental do Ver. Roberto Robaina.)

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Eu posso falar, vereador? O tempo é meu. Sr. Presidente, eu quero tempo. Ele está me perturbando aqui na frente da tribuna. Eu quero tempo, descontar o meu tempo, Presidente.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Pessoal, vamos respeitar quem está na tribuna, por favor.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Robaina não para de falar e vem me perturbar aqui na tribuna?

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Vamos respeitar, Ver. Robaina. Respeite quem está na tribuna. O senhor vai ter o seu tempo depois.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Perturbar minha continuidade de fala.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Está assegurado seu tempo.

(Aparte antirregimental do Ver. Jonas Reis.)

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Ah, estão muito nervosos. Isso, o senhor é um deles que demonstrou politicagem esse fim de semana, em

vez de ficarem lá sentindo a morte daqueles que foram mortos, os corpos lá carbonizados e mais os outros... Vocês visitaram os outros, que estão no hospital, aqueles que estão lá sofrendo? Felizmente nós temos boas referências do Grupo Hospitalar Conceição e também do Pronto Socorro. Não, era discurso de pulso fechado! Eu estava no carro eu disse o primeiro nome que vai vir: “O Melo é culpado.” Então foi isso que foi feito, em vez de buscarem a apuração dos fatos, não, é atacar um, acabar com a reputação do outro, antes das investigações. É lógico que é muito triste o que aconteceu, é muito triste, mas vamos averiguar, e o Município vai abrir, claro, a inspeção para ver averiguar, antes de sairmos por aí tecendo comentários levianos, acusando aqueles com quem a gente não simpatiza, aqueles que estão no governo, e quem paga é o prefeito Melo. Então eu quero dizer, além de lamentar, também falaram tão mal desse grupo que faz este convênio, mas ele não é tão ruim assim, porque o Grupo Hospitalar Conceição tem um convênio, tem uma pensão, uma albergagem no bairro São João com estudantes de medicina, então esse grupo atende vários segmentos e não atende somente as pousadas, e crucificaram esse grupo. Eu não estou aqui a defendê-los sem ter todas as informações, eu estou fazendo a minha manifestação porque eu fiquei realmente enojada. Veio gente que despencou de avião de Brasília para protestar. Claro que temos que protestar contra as mortes, mas é muita politicagem em Porto Alegre e acusações levianas. Quem mente, quem transforma as informações para a população também pode responder judicialmente. Obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu ia esperar a liderança do governo falar, diante da intervenção da Ver.^a Lourdes, é lógico que a gente já tem que intervir, porque é revoltante a intervenção da vereadora que foi acusada de racismo aqui na Câmara dos Vereadores, Ver.^a Lourdes, porque a sua intervenção hoje aqui é a prova de que a senhora tem desprezo pelas pessoas que são pobres, a tal ponto que acabou cometendo esse sincericídio aqui na tribuna, dizendo o que a senhora revela na alma de verdade, que é uma posição contra as pessoas que são pobres. As pessoas que são pobres, elas, na sua concepção, não merecem solidariedade. Isso é um pouco a demonstração de como é que funciona esse governo. Digo mais, Karen, que tem cara essa luta contra o racismo: esses dez mortos, nós não tivemos, na imprensa, na grande imprensa, a biografia dessas pessoas, nós não tivemos as fotos dessas pessoas. Essas pessoas, inclusive na abordagem da grande imprensa, parece que são só estatísticas: morreram dez pessoas. Mas também é preciso dizer que tem cobrança, inclusive, na imprensa. A imprensa tem cobrado, a RBS cobrou, o jornal Matinal cobrou as explicações que o secretário não deu. O governo veio com vários representantes aqui, espero que falem, inclusive o presidente da FASC. Vieram vários aqui, só falou o secretário e não explicou nada, porque é uma situação muito absurda. A Ver.^a Lourdes fala que vocês talvez armem politicamente, porque o secretário Voigt chegou ainda a atribuir: “Ah, não, também com essa pousada há entidades federais que têm convênio”. Mas é preciso acrescentar, secretário Fernando

Ritter, da Saúde, e Voigt, que o convênio foi assinado pelo governo Bolsonaro. Até esse convênio tem que ser investigado, foi assinado pelo governo Bolsonaro! O que nós precisamos discutir, vocês precisam explicar, líder Cecchim, como vocês fizeram esses convênios com pousadas que não cumpriam as condições mínimas, mínimas! Nós tivemos a reportagem do Matinal. Aliás, a reportagem do Matinal mostra que essas denúncias vêm ocorrendo há muito tempo. Já o deputado Matheus fazia essas denúncias. Não havia nessa pousada, na pousada da Garoa, não havia sequer... Nós tivemos ali a questão dos extintores de incêndio, as condições de salubridade. Nós tivemos o Conselho Municipal de Assistência Social denunciando em julho de 2023. Então tem que dar explicação para isso. Uma pousada nessas condições com os recursos tão pesados, mais de R\$ 3 milhões o recurso, ou quase R\$ 3 milhões, e vocês não fiscalizavam? Não havia fiscalização? Nós tínhamos tido já um incêndio, havia falecido uma pessoa, creio que um ano atrás, e agora são 10! Eu confesso, e eu acho que faz sentido investigar, porque eu sei que a FASC tem sido investigada já algum tempo. Na FASC, nós tivemos um caso de um diretor, Solimar Amaro, que deixou de ser diretor da FASC, e quando ele deixou a presidência da FASC, ele disse que ele deixava a presidência da FASC, Ver. Bosco, na época do governo Bolsonaro, porque ele estava sendo ameaçado de morte – ameaçado de morte! Então é lógico que tem que investigar, são contratos milionários, contratos milionários com serviço absurdo, sem nenhuma qualidade. Eu não achei aqui a citação do Ministério Público, mas é um assunto que já está na mão do Ministério Público, não é uma novidade, o governo já sabia da situação dessas pousadas. E mesmo sabendo da situação dessas pousadas, o governo mantinha. O governo sabia que faltava extintores, que tinha pouca iluminação, que a fiação ficava exposta, o governo já sabia e manteve os contratos, renovou recentemente o contrato. Por que renovou? Renovou porque o serviço é bom? Mas o serviço é bom nessas condições? Por que renovou? Há negócios que devem ser investigados, afinal de contas, na Secretaria de Educação, nós investigamos, secretário Voigt e presidente da FASC, e descobrimos que teve roubo, teve secretária presa, teve empresário que foi defendido aqui, como se fosse advogado desse empresário, pelo líder do governo, que dizia que o Sr. Jailson era uma maravilha de investidor, que foi preso. E eu acho que a FASC tem que ser investigada, porque a FASC já foi caso de polícia, já teve diretor da FASC que pediu demissão por ser ameaçado de morte, e não sou eu que estou dizendo, foi ele que falou. De lá para cá, não mudou o esquema da FASC. Se vocês mantiveram o esquema da FASC, quer dizer que tem que ser investigado. Mas é lógico que tem que ser investigado, morreram 10 pessoas!

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Tempo, vereador.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Se essas pessoas eram pobres e não merecem, na cabeça de uma vereadora, como a Ver.^a Lourdes, solidariedade, porque é uma vereadora que não tem o mínimo de respeito pelo ser humano, a Câmara Municipal exige o respeito ao ser humano e tem que ser investigado. Então, eu vou concluir, Presidente, para não passar do tempo, mas eu quero dizer que não houve

nenhuma explicação. Vocês renovaram contratos com uma pousada cujo associado principal inclusive tem acusação, teve julgamento, trânsito em julgado como estelionatário. É com essa gente que vocês estão fazendo negócio, é para essa gente que vocês estão entregando o dinheiro da Prefeitura de Porto Alegre.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Confesso que eu listei algumas perguntas que eu gostaria de fazer para os representantes da Mesa, porque eu acho que a gente precisa ter um pouco mais de informação para se guiar, porque a investigação vai ser feita e eu sou absolutamente contra julgamentos e condenações antes de todos os fatos serem apurados. E me causa estranhamento aqui, e aqui eu converso com a ver.^a Biga, a informação de que teria tido um delegado no local que já teria afastado... Bom, é completamente diferente da informação que nós tivemos hoje de manhã, de que existem imagens da câmera de segurança que mostram que teve um indivíduo que entrou e saiu minutos antes do incêndio começar. Existe câmera de segurança, existe registro de imagem dessa pessoa e isso tem que ser apurado. Causa-me estranhamento saber que não existe um porteiro ou um segurança responsável por quem entra e quem sai desse tipo de estabelecimento; e eu acho que deveria ter, apesar de ser uma entidade privada que foi contratada via convênio, eu acho que se essas coisas não são exigidas por lei, nós vereadores temos a obrigação de pensar a respeito disso, porque nós saberíamos quem é essa pessoa que entrou e saiu. Eu sei que foi aberta uma inspeção preliminar sumária porque, independentemente de qualquer questão relativa a isso, o processo de fiscalização precisa ser muito bem feito. E fiscais de contrato têm que cumprir suas obrigações. Então, é importante que nós saibamos – e a Prefeitura já está preocupada com isso, porque mandou abrir uma ISP, uma inspeção preliminar sumária – se a fiscalização foi feita, quem fez, com que constância foi feita, o que essa fiscalização apontou, se a fiscalização foi feita antes do contrato ser assinado. O que nós não podemos deixar – e aqui é o nosso papel como vereadores – é de olhar para essa catástrofe, para essa tragédia, e buscar não só achar e apontar culpados, mas achar soluções para que esse tipo de coisa nunca mais aconteça. Então, eu sou contra qualquer tipo de oportunismo político que nos faça parecer urubus voando em torno da carniça. A gente precisa ajudar o poder público a achar saídas, porque simplesmente fechar essas casas de acolhimento, quantas pessoas são? São 1.400 adultos, nós vamos colocá-los onde? Onde essas pessoas vão ficar? A gente está prestes a entrar no inverno, que promete ser chuvoso, nós precisamos desses locais. Infelizmente, quando abriu a licitação, só houve uma empresa que apareceu, apenas essa empresa. Temos que investigar se não foi um incêndio criminoso. O problema de que essa casa tenha atendido a todos os requisitos legais de licitação e de legislação também me assusta. Talvez a gente tenha que ter um olhar diferenciado nessa questão da legislação, das licitações. Por exemplo, saber que a Lei nº 8.666/93 não pede PPCI concluído, é uma coisa que nos faz refletir.

A questão de tentarem implicar a Lei da Liberdade Econômica aqui. Eu vou deixar uma pergunta para o nosso representante da PGM – eu sei a resposta, mas eu quero que ela seja dita para todos os vereadores – a lei da responsabilidade econômica de Porto Alegre exige de PPCI? Por favor, responda para nós todos, depois. O Corpo de Bombeiros – e aqui eu faço uma pergunta – aplicou multas pesadas à pousada Garoa? Se sim, de que tipo? O que foi observado? Foi cumprido, não foi cumprido? Nós precisamos ter essas informações. Enfim, hoje nós temos mais de 1 milhão de equipamentos em Porto Alegre, a Lei do PPCI foi prorrogada até 2026, ou seja, até 2026 é capaz que a gente continue frequentando espaços e usando de espaços que não têm o PPCI concluído ainda, e a gente não tem perna suficiente para visitar essa quantidade de equipamentos. Cabe aí pensar: não seria o caso de realizar uma força-tarefa, chamar o Corpo de Bombeiros estadual, juntar de vários municípios, juntar voluntários e fazer uma força-tarefa de PPCI? Porque, levando em consideração isso, estamos em risco sem saber, muitas vezes, porque o PPCI inexistente no mínimo para 50% desses equipamentos na nossa cidade.

Então, é com isso que eu gostaria de encerrar a minha fala, gostaria que essas duas perguntas, que considero muito importantes, fossem respondidas: se a Lei da Liberdade Econômica exige de PPCI e se o Corpo de Bombeiros autuou, aplicou multas, de que tipo e como. Está bom? Obrigada.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Obrigado, Ver.^a Fernanda Barth. O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Presidente Freitas, comandando esta sessão, meus caros colegas, eu farei aqui de forma muito objetiva alguns questionamentos ao secretário Léo Voigt para que possa ser efetivamente respondido e, até mesmo, possa contribuir aqui nos debates que devem seguir na Câmara e até para que a Prefeitura possa também, em seu nome, aqui fazer os devidos esclarecimentos. No incêndio ocorrido em 2022 numa pousada da mesma rede Garoa, quais foram as medidas adotadas pela Secretaria de Desenvolvimento Social com relação aos contratos vigentes com a empresa? Essa pousada em questão prestava serviço à Secretaria? A empresa foi multada? A empresa foi de alguma forma responsabilizada administrativamente naquele incêndio de 2022? Foram realizadas vistorias nas outras pousadas da empresa após o incêndio em 2022? Quais foram os resultados dessas vistorias? No edital de contratação de outros equipamentos públicos com a Secretaria de Desenvolvimento Social – como são os casos dos Centros POP I, II e III –, a Secretaria exigiu a apresentação de PPCI dos imóveis pelas parceirizadas no item 18, inc. II desses contratos? Os temas são correlatos e têm por objeto o atendimento de pessoas em situação de rua, além disso, em contratos semelhantes em pousadas em outros municípios, como é o caso do município de Erechim, a prefeitura local exigiu apresentação de PPCI para firmar contrato com a parceirizada. Portanto, porque não houve a exigência de PPCI para firmar o contrato no edital de chamamento público para as pousadas em Porto Alegre? Existe algum regramento sobre

a área mínima e ventilação? Esse regramento está explícito no edital? No contrato realizado na gestão passada com a mesma rede Garoa, o edital da Secretaria de Desenvolvimento Social exigia apresentação, pela parceirizada, de alvará de licença para estabelecimento de hospedagem. Pela legislação da época, esse alvará só era emitido se houvesse ao menos o protocolo de PPCI pelo responsável da operação e não pelo proprietário do imóvel. Com a mudança da legislação, pela lei da liberdade econômica, a exigência do PPCI não foi alterada, ao contrário do que alguns agentes políticos deram a entender nos últimos dias. Tanto é, que está expresso no decreto que a regulamenta. Deveria constar, portanto, essa exigência no chamamento público realizado em 2021, tendo em vista que nesse contrato específico não havia exigência de PPCI pela parceirizada? Seriam esses os questionamentos.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente José Freitas, cumprimentar os secretários Léo, Fernando Ritter, da Secretaria da Saúde; Dr. Roberto, da PDM; Sr. Evaldo, da Defesa Civil; Sr. Roratto, da FASC. Colegas, eu preciso trazer alguns pontos que a gente já falou aqui, mas que são importantes de a gente reforçar. Em 2022, a Prefeitura licitou, e essa foi a única empresa que se habilitou, ou seja, nenhuma outra empresa estava em condições de assumir a hospedagem das pousadas onde foram contratadas 400 vagas, destas, 320 hoje ocupadas, como bem falou o secretário, em 23 unidades. O Município exigiu a documentação da empresa. A lei de licitações n° 8.666/93, de competência federal, não contempla exigência de PPCI para habilitar e para contratar quando se fala de baixo risco, e essas pousadas estão classificadas como baixo risco. Isso é importante a gente trazer. A lei n° 13.874, de 2019, dispensa a exigência de alvará, a empresa não está dispensada de fazer a regularização, mas está dispensada do alvará, pela lei federal. O proprietário deve providenciar as medidas de segurança contra incêndio. Então, tudo isso é muito importante que se fale. Além disso, é importante também que essa mesma empresa foi contratada – e aí está o contrato de aditivo que foi feito em setembro de 2023, pelo atual governo, (Mostra imagem), então não foi pelo governo Bolsonaro, o governo Bolsonaro fez o contrato, mas o aditivo foi feito pelo atual governo, e o GHC, por INEX (inexigibilidade), contratou a mesma empresa Garoa, pagando R\$ 4,680 milhões para acolher estudantes de residência médica. Então, se é tão ruim assim, por que o GHC também fez esse contrato? Isso é importante de se fazer a fala. Além disso, a fala é: “Agora nós estamos fazendo o que nós deveríamos ter feito”. Sim, é de responsabilidade nossa fiscalizar, e é, foi sempre feita a fiscalização, tanto que em setembro foi feita uma fiscalização da assistência social na pousada, que estava em condições; pode não ser uma classe A, mas estava em condições para o que ela foi contratada. Então, sim, nós vamos seguir fiscalizando as outras pousadas, porque é importante que nós possamos manter a dignidade dessas pessoas. Vamos fiscalizar.

Se passar a imagem até o final, mais para o fim, tem assinatura do atual presidente do GHC, Gilberto Barichello, só para constar. As câmeras mostram, como falou bem o secretário, uma pessoa entrando 5 minutos antes do incêndio e saindo em sentido contrário, logo após. Como é que alguém entra num local e sai 5 minutos depois, rapidamente, e 5 minutos depois esse local explode. Tem que ser fiscalizado, tem que ser investigado, nós temos que ter essa resposta, porque eu tenho certeza de que não foi o prefeito Sebastião Melo que colocou alguém lá para colocar fogo.

Outra coisa que é importante a gente falar: como que se faz, se a gente tem uma licitação e somente uma empresa se habilita e apresenta condições, mesmo que não sejam as melhores, como se gostaria que fosse? Qual a solução? Me digam aqueles que criticam: o que vocês fariam? Melhor seria estarem na rua? E eu preciso trazer aqui, secretários: há pouco tempo, pouco mais de um mês, foi fechada a Caverna do Adulão, e a gente precisa falar sobre isso, porque a Caverna do Adulão também atendia pessoas com dependência química, com vulnerabilidade social, com vários problemas, que não tinham para onde ir, e a fiscalização esteve lá, o Ministério Público esteve lá, a Prefeitura esteve lá, em várias reuniões, e ela foi fechada porque ela não atendia o que tinha que atender e trazia riscos. Vocês sabem onde eles estão hoje? Na rua. Essa é a melhor solução? Ou na caverna seria melhor? Ou na pousada seria melhor? Se este incêndio não foi acidental e foi proposital, o governo Melo é o responsável por isso? Os secretários estão aqui para trazer a transparência dos atos e eu acho que é importante os vereadores se manifestarem, porque o prefeito está nesse momento no Ministério Público, com o procurador Saltz, dialogando sobre o fato. Minha solidariedade às famílias enlutadas.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, apenas para esclarecer, falei há pouco com o superintendente do GHC, Barichello, falei também com o diretor administrativo, João Motta. O GHC tinha convênio, porque foi feito pelo governo anterior, nunca utilizou e nunca pagou R\$ 1,00; portanto, inclusive extinguiram o convênio na semana passada; então, não tem nada, não pagou nada, não utilizou o convênio, isso dito pelo diretor administrativo João Motta e pelo superintendente Barichello. Um abraço.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha essa sessão, este comparecimento das autoridades do governo Melo aqui para tratar do tema do incêndio na pousada Garoa, que guarda um contrato ainda com a Prefeitura. Cumprimento secretário Léo Voigt, Cristiano, secretário Fernando Ritter, Evaldo e Roberto Rocha; no nome de vocês, servidores públicos, que atuaram principalmente à saúde e à Defesa Civil na ação de salvamento, acho que isso é salutar, isso é importante ser considerado; o HPS também, os servidores lá no acolhimento, independente das perguntas que aqui vamos fazer, que não se dirigem evidentemente à Secretaria Municipal

da Saúde nem à Defesa Civil, mas agradeço o comparecimento de vocês; no nome de vocês parabenizo os servidores públicos que ajudaram nessa ação de salvamento e que estão à frente, enfim, desse processo, mas eu primeiramente não entendo por que ainda o secretário Léo Voigt veio até essa tribuna, falou muitos minutos e não respondeu sobre o fato. Uma vereadora do governo, do MDB, partido do prefeito, subiu aqui, falou, não falou do fato. O fato é um contrato de nada mais nada menos que R\$ 2,7 milhões com uma espelunca, uma pocilga, uma arapuca cheia de madeira dentro, que todos os moradores já denunciaram várias vezes. As denúncias vieram pelo CMAS, pelo Conselho Municipal de Assistência Social, e eu pergunto, secretário Léo Voigt: o que vocês fizeram com as denúncias que, desde 2022, existem? Onde estão as denúncias registradas dessa pocilga chamada pousada Garoa? Que de pousada não tem nada, envergonhou a cidade – esse contrato envergonhou a cidade; envergonhou o Estado! O Brasil, nos jornais, vocês não têm vergonha disso? Esta é a pergunta: vocês têm ou não têm vergonha? E, por que, até agora, mantém esse contrato? Esse contrato deve ser encerrado imediatamente, e é isso que me envergonha, independentemente do partido político, o prefeito, no primeiro momento, o primeiro ato dele, sexta-feira, deveria ser: “Está encerrado o contrato”. São 10 mortes, 15 pessoas hospitalizadas, e aí nós vimos para cá e falamos de rede, de acolhimento, de debate, e eu pergunto qual é o papel da FASC nisso, presidente Cristiano? Este projeto do contrato foi feito onde? Foi na FASC ou foi lá dentro da secretaria? Isso tem que ser respondido. Esta é a pergunta principal: o contrato com a pousada Garoa foi feito na secretaria do secretário Léo Voigt? Ou foi feito dentro da FASC, isso tem que ser respondido hoje, porque eu quero saber. Quem colocou todos os itens no contrato? Porque nós fizemos uma busca, secretário, não está escrito PPCI! O que custava escrever PPCI? Se todos sabemos, a gente passa na frente desses prédios, é um horror. Os moradores, na Defensoria Pública, vereadores, os moradores das outras disseram: “É cheio de insetos, e os ratos parecem gatos que sobem nas paredes”, eles falaram isso. Então, eu não acredito que isso seja atestado como um lugar para as pessoas morarem, um lugar de habitação. E eu não entendo, secretário Léo Voigt, o riso que o senhor fez agora, neste momento, as minhas perguntas são engraçadas? Acho que não. Dez mortes nesta cidade são engraçadas? Acho que não. Quinze pessoas hospitalizadas? Também acho que não. R\$ 2,7 milhões que é do caixa municipal, curioso que esse valor não passa pela fiscalização do conselho municipal, porque não é um dinheiro que vem de outro ente federado; curiosamente o dinheiro direto desse contrato é do caixa da Prefeitura. Agora eu pergunto sobre isso aqui, para finalizar, que está na matéria do correio: “A Prefeitura paga para que as pessoas sejam cadeadas e presas lá dentro”. Isso tem que ser explicado, está aqui uma fala de um morador no jornal. A última questão: por que pousadas, se o SUAS não prevê isso? O SUAS não prevê pousadas, prevê casas de passagem, tipificadas em lei. Por que aquilo que está tipificado em lei não foi implementado em Porto Alegre? Inventaram as tais pousadas, e misteriosamente aparece pousada Garoa, com vários equipamentos pela cidade, isso tem que ser explicado. Por último: eu não sou juiz, não sou delegado, não sou polícia, por isso eu fiz a denúncia sexta-feira, larguei no Ministério Público, e os órgãos de investigação do Ministério Público que façam o seu trabalho. Espero que as

instituições façam seu trabalho! Eu, como político da cidade, faço questionamentos, perguntas, se V. Exa. quiser responder, poderá responder; se quiser calar, poderá calar, porque esta Casa aqui não é ditadora, ela é democrática, todos falamos, todos somos ouvidos e aqueles que não desejam ou não se acham em condições de responder também não respondem, não tem problema nenhum.

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (CIDADANIA): Queria começar expressando a minha solidariedade às vítimas, aos familiares, às pessoas que perderam a sua vida nesse final de semana. Todos nós ficamos muito impactados. É uma coisa que parece meio distante de nós quando a gente vê algo que acontece em outro estado, outro país, mas quando acontece aqui do lado, a gente realmente sente um pouco da dor das pessoas que passaram por isso. Na minha opinião, este é um momento de tristeza, de reflexão, de investigação e também de responsabilização. A Câmara está fazendo seu trabalho de responsabilização, os órgãos de controle também – Polícia Civil, Ministério Público, até Defensoria Pública vi que está fazendo uma ação nesse sentido –, então espero que tudo possa ser investigado e elucidado o mais breve possível. Uma coisa que me entristece também é perceber que a impressão que nós tivemos do que aconteceu é que existia, parece, uma politização do fato que talvez não ajude a elucidar o que aconteceu. Eu, como muitos aqui, coloquei a notícia nas redes sociais quando fiquei sabendo que teve um incêndio em Porto Alegre, mas após a divulgação da notícia nós observamos, parecia que alguns políticos estavam lá sorrindo, de maneira velada, parecendo que aquilo era uma forma de divulgação da sua própria atuação parlamentar. Eu me entristeci vendo colegas tentando surfar na dor das pessoas, tentando fazer um ataque político ao prefeito, pessoalmente, como se o prefeito tivesse pego um isqueiro e ido lá pessoalmente colocar o fogo que acabou resultando na morte dessas pessoas na nossa capital. Eu acho que o político que precisa fazer isso para se promover deveria ser expurgado da política, porque não é assim que deve acontecer. Se tu pegares e fizeres algo criticando, mostrando um fato, imputando algo errado à administração, acho ok, mas fazer vídeo quase que pegando os destroços da queimada para aparecer e conseguir projeção pessoal em cima disso, eu acho de uma baixeza que não tem tamanho. Isso é algo que estava me trancando na garganta, e eu queria dizer para as pessoas: meçam melhor o que acontece, porque se vocês não perceberam, alguns familiares ficaram inclusive revoltados com o que alguns dos senhores acabaram fazendo, algo que não deveria ter acontecido e que foge da própria questão da investigação; perdeu seriedade parte desse processo por conta dessa ânsia de tentar aparecer em cima das pessoas que se foram nesse trágico acidente do final de semana que passou. Enfim, eu não consigo nem falar exatamente, mas me chamou atenção uma fala do vereador Oliboni, que falou aqui

respondendo que o GHC assinou o contrato, mas não contratou, e que na semana passada teria rompido o contrato. Como é que ele ficou sabendo na semana passada que aconteceria algo? Ou ele fez esse rompimento de contrato após o evento para tentar se desvincular do que aconteceu? Ficou meio estranho, e eu fiz questão de voltar no vídeo do Youtube aqui da Câmara para escutar de novo: o senhor falou que foi assinado, no passado, um contrato, e depois falou que na semana passada foi rompido. O que o GHC sabia – e não estou querendo colocar a culpa aqui a ninguém - que fez com que, na semana passada, eles rompessem o contrato, ou por que romperam após a notícia do fato? Parece um pouco estranho e também cabe algum tipo de resposta. Então a minha solidariedade às pessoas, à investigação, espero que os culpados possam responder, mas acho errado ficar fazendo palanque político em cima de pessoas que se foram. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores, senhores secretários, diretores que aqui estão para um comparecimento espontâneo, quando nós fizemos um minuto de silêncio no início da nossa sessão, nós expressamos a nossa dor e a nossa solidariedade com essas pessoas.

Eu imaginei que, depois do ocorrido, as pessoas acorressem ao local para tentar prestar alguma solidariedade. O que é solidariedade? É tentar ir lá e se oferecer para ajudar, para comprar um caixão, como nós fizemos ontem lá com um outro que não tem nada a ver com o incêndio, mas não tinha condições de pagar o caixão, não tinha condições de pagar o cemitério. Eu achei que a oposição fosse solidária e fosse fazer isso. Mas não. Eu não vi, não ouvi e certamente não verei alguém da oposição ser solidária com alguém que precise. Eu não ouvi! Eu não vi! Não vi alguém oferecer um prato de comida para essas pessoas antes desse ocorrido, e elas precisam de comida, elas precisam.

Eu vejo muita gente ajudando, Ver. João Bosco Vaz, antes das tragédias, mas eu vejo a oposição numa disputa terrível para ver quem protocolava um pedido de CPI antes; não, eu vou antes; eu vou depois; eu vou... Conseguiram protocolar um pedido, Ver.^a Abigail, com 9 assinaturas; precisa de 12 para protocolar, o resto tudo é fraude. O Regimento diz tem que ser com 12 assinaturas. Quem faz com, 9 tenta mentir para a população e mente, descaradamente, como V. Exa. fez. Ligou para mim: “Cecchim, pode liberar dois para assinar?” Eu disse que não, não vou assinar. Aí depois ligou para o Janta dizendo: “Já falei com o Cecchim e ele disse que não tem problema”. Não falei isso, vereadora.

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Não. Tá vendo? É isso que acontece com a desgraça, os urubus de plantão. Eu estou até achando que o Ver. Robaina está nervoso, durante a tarde hoje, porque ele perdeu a chance de protocolar antes que a

Ver.^a Abigail. Pode ser que seja isso, eu estou imaginando, estou imaginando que pode ser isso. Tem tudo, menos solidariedade com quem morreu. Tudo, menos solidariedade, menos preocupação com essas pessoas. Alguém ajudou a procurar a família dessas pessoas? Não. Alguém foi do seu modo, da sua crença, fazer uma oração para eles lá no enterro? A oposição não foi. Ninguém foi. Ninguém foi e não irão, porque eles não acreditam nisso. Eles acreditam na desgraça. E eu não tenho como chamar essas atitudes a não ser de urubus de plantão, urubus de plantão esperando uma carniça. E as pessoas não são carniças como vocês tratam; as pessoas são pessoas, e têm que ter respeito pelos falecidos. Esperem enterrar os falecidos, descobrir quem são. Mas, para vocês, não interessa quem são; interessa que tenha cadáveres. Não querem saber o nome, não querem saber da onde vieram, não querem saber. Eles querem saber que tem cadáver.

(Aparte antirregimental do Ver. Roberto Robaina.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): O senhor espere o seu lugar, Ver. Robaina, porque o senhor já encheu o saco de todo mundo aqui dentro hoje. E, a mim, o senhor não assusta. Vai se catar, vereador. O senhor só sabe gritar. Bota esse seu dedo no seu nariz. Bota o seu dedo no seu nariz. No meu, o senhor não bota; no meu, o senhor não bota. O senhor é acostumado... o senhor vive disso. O senhor vive de carniça. Urubu! Urubu!

(Aparte antirregimental do Ver. Roberto Robaina.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Tem um vereador na tribuna, Ver. Robaina.

(Aparte antirregimental do Ver. Roberto Robaina.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Urubu! Urubu! Vagabundo!

(Tumulto no plenário.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores, secretários que aqui se encontram, os ânimos estão acalorados neste momento. A gente vê que o líder da oposição e o líder da base começam a polarizar um assunto que é uma tragédia em Porto Alegre, mas que deve ser, sim, fiscalizado, e deve, sim, ser tema de debate aqui na Câmara de Vereadores. Secretário Léo Voigt, quando eu entrei na Câmara de Vereadores e me elegi vereadora, uma das primeiras ações que eu tive foi visitar mais de cem escolas. E ao visitar mais de cem

escolas, eu tive que denunciar algumas situações de irregularidade, em situações até da FASC, em instituições que nós tínhamos então a educação infantil em cima, uma conveniada da FASC embaixo e um botijão de gás. Eu denunciei, fui lá, voltei e tinha sido corrigido. Então, numa oportunidade de quatro meses, eu consegui visitar mais de cem instituições. E aqui eu reforço a não polarização desse tema sobre a lei de liberdade econômica ou de quem é a culpa, mas a importância da fiscalização, a importância de nós, vereadores, fiscalizarmos, a importância do funcionamento da fiscalização da FASC e da Secretaria. E esta Câmara aqui aprovou um plano de carreira para reunir a fiscalização em cima de uma secretaria. E reforço, nós precisamos entender por que essa fiscalização não conseguiu antecipar a situação precária dessa instituição, se o que ocorreu foi de uma maneira provocada por alguém ou se foi uma fatalidade ou se foi potencializado pela situação precária que estava aquela pousada. A pergunta, secretário Léo Voigt e presidente Cristiano, por que nós só tivemos uma empresa se colocando à disposição para fechar contratos com a FASC? É uma pergunta. Será que nós limitamos muito a concorrência? Será que nós ampliamos, para que tivéssemos mais entidades interessadas? São perguntas que se fazem. Ou será porque nós não abrimos um edital, daqui a pouco, para que as conveniadas – nós já temos muitas parceiras – pudessem estar assumindo esse protagonismo, e não tendo a compra direta? São perguntas em que não carece o debate ideológico, mas que carece a esta Câmara de Vereadores perguntar. Acho que cercar o debate desta Câmara, e a gente tem aqui a base, muitas vezes, o Ver. Idenir Cecchim aumentando o tom, polarizando, gritando, e a gente vê essa falta de vontade, muitas vezes, de termos as informações de maneira fidedigna. Nós tivemos uma situação ali que hoje saiu na Zero Hora, onde já se sabia da fiscalização antes. De que maneira nós podemos prever que isso não vai mais acontecer? Onde aconteciam essas informações sendo transmitidas anteriormente? Muitas são as perguntas que eu faço aqui e eu reforço: a polarização que se faz pelo líder do governo é onde nós começamos a pensar que pode estar querendo se encobrir alguma coisa. Nós sabemos que tanto o secretário Léo Voigt, como o presidente da FASC, como todos os que estão aqui estão dispostos a abrir e colaborar com a investigação. Por isso que eu reforço: precisamos vir aqui para este plenário para que a gente consiga aprofundar o tema em debate, não lacrar em cima de uma lei, sabendo que nós não tivemos a devida fiscalização, e não lacrar no campo ideológico. Reforço aqui a solidariedade diante das vítimas e obrigado pela oportunidade, se puderem responder alguma das perguntas colocadas.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Everton Gimenes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR EVERTON GIMENIS (PT): Boa tarde, Presidente; boa tarde, senhores e senhoras vereadoras; em primeiro lugar, queria agradecer ao líder do partido, o Jonas; ao Adeli e ao Oliboni, meus companheiros de bancada, que me cederam este espaço para falar pela liderança do partido. Eu me inscrevi pelo seguinte: tem gente utilizando uma tese de que nós não podemos politizar o que está acontecendo, que está

sendo politizada a tragédia que aconteceu. Só que essa tragédia ou esse infortúnio só aconteceu por causa de uma opção política, uma opção política de desmonte dos serviços públicos de Porto Alegre. Eu, como sindicalista, sou contra a terceirização, lutei contra a lei da terceirização total. E o que acontece no serviço público por Porto Alegre, nos postos de saúde terceirizados, a coleta do lixo terceirizado? Todos têm problemas, inclusive com as empresas contratadas todas, a maioria são trocadas ou denunciadas, porque não conseguem cumprir o serviço. E aqui, nesse caso da FASC, Fundação de Ação Social Comunitária, é pior: terceirizaram o cuidado com vidas, porque o que estavam ali eram vidas. A Prefeitura optou por desmontar a FASC, já vem de algumas gestões; praticamente hoje não tem quase servidores, e terceirizou o serviço. E mais: não fiscaliza essa prestação de serviço. Hoje, eu estava vendo, na hora do almoço, o Jornal do Almoço e lá, para dizer que não somos só nós que estamos denunciando, teve uma reportagem falando dessa situação, entrevistaram várias pessoas que moravam nessas pousadas. E entrevistaram, inclusive – não só vereadores aqui disseram que já denunciaram os problemas – ONGs, associações que cuidam de pessoas em vulnerabilidade social que já tinham feito as denúncias, há anos, das condições irregulares da pousada Garoa. Essa reportagem mostrou inclusive os moradores dizendo que tinham ratos, baratas, mostrou inclusive um vídeo que já tinha aparecido, no domingo e no sábado, na TV, de uma das pousadas que a reportagem da RBS conseguiu entrar, com fios desencapados espalhados, com condições horríveis, um quarto do lado do outro sem nenhuma saída. Essa que falaram agora, que saiu no Correio do Povo, moradores disseram que são trancados à noite, se tiver um incêndio, morrem porque não tem como sair, porque são trancados à noite dentro da posada. Mais: essa reportagem mostrou que tinham combinado, da Prefeitura ou da FASC, com a administração das pousadas. Tinha fiscalização, sim, inclusive um funcionário que trabalhou cinco anos nessas pousadas mostrou o grupo de WhatsApp dos funcionários, onde, nesse grupo de WhatsApp, alguém da FASC avisava ao dono da pousada de quando ia ser a fiscalização, e o dono fazia uma tabela. E ia uma tabela, para o grupo de funcionários da pousada, com qual dia e qual horário cada um dos endereços ia ser fiscalizado. E daí, sabem o que é que esse funcionário disse, trabalhou cinco anos lá: “Daí, a gente aproveitava e dava uma maquiada. A gente maquiava para a fiscalização dizer que estava *ok*.” Nessa mesma reportagem, entrevistaram o secretário, e o secretário, não tendo como negar que avisavam a pousada, até porque tinha o grupo de WhatsApp ali, tinham as provas, ele disse que achava normal, que tinham que avisar porque é uma questão de privacidade de quem estava na pousada. Ah, façam-me o favor, todo mundo sabe que se uma fiscalização é avisada com antecedência, é simplesmente para, como disse o funcionário, maquiavar e não chegar aos problemas. Então, os problemas já existiam, eles eram denunciados por várias entidades, por vereadores, inclusive alguns aqui provaram e nunca foi feito nada. Então não é uma questão de politizar, de não ser solidário. Não adianta querer ser solidário se tinham a responsabilidade de cuidar das vidas, não cuidaram, entregaram a um empresário que, como disseram aqui também, já tem processo, já é condenado. E outra coisa estranha: disseram que só tinha um licitante. Por quê? Era tão ruim o contrato ou era um acordo em que já sabiam de quem iria ganhar?

Então, essas coisas têm que ser explicadas, porque, sim, o que aconteceu em Porto Alegre virou notícia não só em Porto Alegre, mas no Rio Grande do Sul e no Brasil. As explicações têm que ser dadas e não adianta dizer que nós estamos politizando. Estamos, sim, porque a responsabilidade é política da atual gestão que terceirizou tudo, que não teve o devido cuidado com as vidas das pessoas que estavam ali e que desmontou a FASC. Então, nós precisamos, sim, retomar a FASC, fazer com que a FASC seja novamente um órgão importante para a ação social em Porto Alegre, seja remontada, já que foi desmontada, e que a gente trate as vidas das pessoas em vulnerabilidade social todo o respeito que elas merecem.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Sr. Presidente desta Casa, colegas vereadores, público que nos assiste. Quero saudar aqui o secretário Léo Voigt, secretário de assistência social; o Sr. Roberto Rocha, procurador-geral do Município; o Sr. Fernando Ritter, secretário municipal da Saúde; o Sr. Evaldo Rodrigues, da Defesa Civil; e o Sr. Cristiano Roratto, presidente da FASC.

Eu vou fazer alguns questionamentos e vou começar pelo item 15.1 do contrato que a FASC firmou com a Garoa. No 15.1, diz que a empresa deverá ter em dia o alvará de licenciamento, fala isso; o item 15.1 do contrato da Garoa com a FASC diz que terá que ter em dia o alvará de licenciamento. O item 4.1 diz que os apartamentos, tanto os individuais quanto duplos, terão que ter quartos ventilados – está no contrato da FASC com a prestadora. Além disso, diz que os quartos duplos terão que ter uma distância de uma cama de um metro e meio. Além disso, prevê, no item 4.2.5, condições salubres dentro desse contrato.

Aí vem o que eu quero perguntar: prevê nesse contrato a fiscalização, prevê nesse contrato o que tem que ter e o que não pode ter. E eu pergunto ao presidente da FASC e ao secretário: quem é que fiscalizava o contrato? Já que lá, no item 8.1, diz que V. Exas. iriam designar o fiscalizador do contrato. Nós precisamos saber quem é que fiscalizava o contrato. Quem é que dava o *ok* para a fatura ser paga pela FASC? Quem é que dizia que preenchia as condições do contrato? Quem é que dizia isso? Porque, nas condições do contrato, fala que, de dois em dois meses teria que ter desinsetização, teria que ter limpeza da caixa d'água, teria que ter uma série de coisas. Quem fiscalizava o contrato? Quem? É isso o que eu quero saber, eu não quero saber de mais nada. Eu não quero saber dessa tragédia que assola nossa cidade, famílias que estão enlutadas, cidade que está enlutada, porque uma pessoa só visava lucro, e lá no contrato diz que a FASC teria que aplicar as penalidades. Vem sendo fiscalizada, as imagens que se vê em redes sociais, em jornais, TV, em todos os lugares, aquele ambiente não era sadio em hipótese nenhuma. Não era um ambiente para ser habitado, a que pegou fogo; e a outra que o jornalista Grizotti visitou, pior ainda, pior ainda. Por que não tinha a ventilação que diz no contrato. Não foi cumprido. Foi mandado para a FASC a desinsetização e a

desratização que determina o contrato? As falhas foram comunicadas para a direção da FASC pelo fiscal do contrato? Foi pedido para sanar essas falhas? Onde está escrito isso? Foi aplicada alguma das penalidades? Se vê que nem a penalidade mais simples, que é a distância das camas de 1,5 m foi cumprida. Quem dera que todos os quartos fossem ventilados. Se vê nas fotos e nas matérias a fiação exposta, se vê isso. Todos nós sabemos que as pessoas que estão nessa situação, ou vamos nos enganar... Eu já morei muito em casa de estudante, albergue, morei muito nisso aí, e a coisa que eu não deixava faltar era um rabo quente, isso estava sempre na minha mochila, era a garantia de comer algo quente, era a garantia. Quantos rabos quentes poderia ter? Aquela instalação elétrica suportaria a carga dessas coisas simples? Eu estou falando de coisas simples, e essas perguntas nós queremos saber, essas perguntas eu não abro mão de saber. Quem fiscalizava o contrato? Por que tinha de ter distância de 1,5 m de uma cama para outra e não tinha? Por que tinha que ser ventilado e não era ventilado? Por que tinha que ter a limpeza de dois em dois meses da caixa d'água e dos banheiros e não era feito? Quem foi cúmplice disso que aconteceu? Quem fez vista grossa a essa tragédia? Quem assinou essa documentação, que até hoje não chegou na FASC? Porque a pousada continua com as irregularidades, como nós vimos em outras filiais, pode-se dizer assim, da pousada. Então, eu faço essas perguntas e esses questionamentos. Quem é o fiscal do contrato? Quem é a pessoa designada por V. Exas., a FASC e a Secretaria, para fiscalizar esse contrato? Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): a Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, colegas vereadores, primeiramente me solidarizar com todos os familiares das vítimas de algo que não é uma tragédia. Se fosse um serviço de excelência, senhor secretário, a gente poderia dizer que é uma tragédia, mas a gente tem bastante relatos do Conselho Municipal, dos Trabalhadores da FASC, da população em situação de rua, de que o espaço, realmente, era insalubre, era desumano. E foi notificada, diversas vezes, a Prefeitura de Porto Alegre, eu mesma recebi diversas denúncias do Movimento Nacional da População de Rua, que tem o jornal Boca de Rua, então, eles elaboram em cima da situação e das condições que a Prefeitura, a FASC em especial, promove a situação de rua. Então, não é uma situação de novidade para o nosso Município. Se a gente tivesse um governo sério, minimamente esse contrato já teria sido rescindido, minimamente já teria sido afastado o presidente da FASC e o senhor, secretário, que vai ter que colocar no seu currículo a responsabilidade por essas 10 mortes, apesar de toda a contribuição que o senhor sempre deu para a luta da política da assistência social. Tem que ter responsabilidade. Se esta Câmara fosse séria, a gente também teria as assinaturas para instaurar essa CPI.

Eu não espero nada deste governo, o que vem aqui é muita retórica e muita hipocrisia, principalmente por parte das lideranças. Depois desta sessão, nós temos uma audiência pública que vai tratar de flexibilizar ainda mais a qualidade do transporte. Hoje,

na Av. Ipiranga, um ônibus da Via Leste perdeu a roda e quase entrou dentro do arroio Dilúvio. E aí tem um projeto de lei tramitando nesta Câmara, que quer desobrigar as empresas a comprarem ônibus novos e quer desobrigar, em contrato, que tenha um limite de vida útil desses veículos, que já pegam fogo com pessoas dentro, veículos que já circulam na cidade e perdem o freio no meio do trajeto, perdem a roda no meio do trajeto. Esse projeto, com certeza, vai ser votado, secretário da saúde, aqui nesta Câmara de Vereadores, tem os votos para votar, tem os votos para aprovar. Hoje nós temos uma audiência pública, e aí, depois, acontece uma tragédia: “Nossa, infelizmente pessoas perderam a vida por uma precariedade, por falta de fiscalização”. Quem são os responsáveis por fiscalizar? O Ministério Público, que inclusive já tinha inquérito aberto, então a gente tem que cobrar do Ministério Público que tem inquérito aberto da Pousada Garoa desde 2022; assim como tem inquérito aberto sobre as péssimas condições do transporte desde 2019, feito pelo nosso mandato; nós temos que cobrar os vereadores, porque os vereadores devem, sim, fiscalizar os contratos e não fiscalizam. Eu mesma fui impedida de acessar o Hospital Veterinário da Lomba do Pinheiro, que presta um serviço para a Prefeitura de Porto Alegre, porque o hospital simplesmente não me deixou entrar para fazer meu exercício de fiscalização. Então, além da responsabilidade dos fiscais do Município... E os fiscais dos municípios estavam a serviço do secretário de Segurança Pública, fechando bar ilegalmente no bairro Rio Branco. Pergunta onde é que está a fiscalização do Município. Vai lá no bairro Rio Branco: fechando bares que tinham alvará, fechando bares que tinham PPCI, fechando bares que tinham toda sua regulamentação em dia com a Prefeitura. Uma perseguição política, porque eram bares, ditos pelo próprio secretário, como bares de esquerda. Ao mesmo tempo, não estavam fiscalizando os serviços da FASC. É uma opção, por parte dessa gestão, essa precarização, essa terceirização, esse sucateamento de tudo aquilo que é público, e isso não é uma novidade. Eu não espero uma responsabilidade por parte do atual Executivo, assim como eu não espero responsabilidade por parte dos vereadores em assinar essa CPI, mas o que a gente tem que anunciar para a população, é que essa dinâmica, essa lógica, o sentido da cidade de Porto Alegre em âmbito de serviços públicos, é a desqualificação, e hoje de noite nós temos uma audiência pública que vai tratar do sucateamento do transporte. Então, não tem como dizer que o que aconteceu foi uma tragédia: é uma política, e está sendo operada na saúde, está sendo operada na assistência social, está sendo operada no projeto de mobilidade urbana, e quem vai pagar por isso são aqueles que mais necessitam e que demandam esses serviços. A responsabilidade, sim, é do governo. Não espero que vocês sejam responsabilizados, até porque vocês têm a maioria da base aqui dentro da Câmara de Vereadores, então, daqui não vai vir nada, mas que a população esteja ciente de que toda essa negligência tem um custo e o custo estão sendo as vidas.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Giovanni Culau e Coletivo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Eu não subiria de outra forma na tribuna na tarde de hoje que não fosse com muita seriedade e responsabilidade, Ver.^a Biga, pelo pavor que eu tenho do oportunismo, inclusive o oportunismo de quem faz de tudo para defender um governo. Urubus são os responsáveis por essas mortes; então, Ver. Cecchim, não chame desta forma quem quer investigar as responsabilidades por essas mortes, investigar inclusive se há ou não responsabilidades no governo que o senhor representa; o senhor não está falando diante do seu espelho; então, tome cuidado. Eu tenho, além de pavor de oportunismo, eu tenho nojo do descaso com a vida das pessoas; por isso me revolta a falta de solidariedade, sim, e não me surpreende, Ver. Robaina, ainda que tenha se dito aqui dessa tribuna uma série de coisas por lideranças que não foram capazes de se posicionar em solidariedade, que é o mínimo. Muitos e muitas aqui desta Casa sequer fizeram isso. Solidariedade maior é lutar por justiça; daí é preciso que se diga algumas coisas: as pessoas em situação de rua aumentaram na nossa cidade, de 2021 para 2022, em mais de 50%; em 2022 a bancada do PCdoB, não agora, apresentou um pedido de providências, exigindo melhora nas condições dessas pousadas, bem como qualificação da fiscalização. No final de 2022, nessa mesma pousada, por outras razões, houve uma morte nesta cidade. Algum vereador aqui perguntou o que se fez diante disso. Em 2023 a CEDECONDH desta Casa fez uma audiência pública que debatia exatamente as condições indignas nessas pousadas; em 2023 o Ministério Público abriu inquérito; em 2023 o Conselho Municipal de Assistência Social apresentou uma série de questões ao Executivo que, de fundo, evidenciavam a preocupação com as condições inadequadas dessas pousadas. E por que falo tudo isso? Porque nós estamos diante, talvez não só de um acidente, mas, sim, de uma tragédia anunciada, que exige investigação. E a reação que se tem diante dessa tragédia reforça que existe entre nós aquilo que se chama necropolítica, que é o uso do poder político para decidir quem vive e quem morre; necropolítica, esse é o termo. Desde a tragédia eu vi uma série de manifestações, que eu escuto sempre atentamente, de representantes do governo. Eu vi acima de tudo alimentar-se a hipótese de incêndio criminoso que precisa ser investigada. E a perícia da polícia não se concluiu, por mais que a Ver.^a Biga tenha dito que o delegado, na sexta-feira, disse que é distante a possibilidade de incêndio criminoso. Mas eu vi a Prefeitura alimentar essa hipótese, eu vi representantes da Prefeitura defenderem a pousada, eu vi representantes da Prefeitura terceirizarem as responsabilidades, eu vi representantes da Prefeitura relativizarem a gravidade da realidade dizendo que, se fosse o caso, 60% dos prédios da cidade deveriam ser interditados, eu vi responsabilização dos usuários. Mas o fato é que morreram 10 pessoas em um espaço conveniado com a Prefeitura de Porto Alegre que previa investimento de milhões de reais. E é por isso que pretender investigar é também expressão da seriedade com que nós encaramos ou não a nossa atuação aqui.

E, para concluir, Presidente, por essa razão, eu aproveitei o comparecimento para fazer uma série de questionamentos. Primeiro, qual o acolhimento dado aos sobreviventes, inclusive do ponto de vista psicológico, que inclusive, se não foi feito, é fundamental que seja – primeira pergunta.

A segunda, eu quero entender se a política de acolhimento segue as diretrizes do SUAS e, por consequência, se ela está vinculada a um atendimento integral, que inclusive articule outros serviços.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Tempo, vereador.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): E, por fim, para concluir, no tempo que eu ainda tenho...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Seu tempo já terminou, vereador.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Como os demais fizeram, vou concluir, Presidente, por favor. Se a fiscalização feita pela Prefeitura, que hoje foi noticiado, as pousadas, a pousada sabia anteriormente quando essas visitas aconteceriam... Diante da vistoria feita, se em momento algum o poder público municipal não identificou a precariedade, a insalubridade dita inclusive por funcionários da Assistência em Porto Alegre; se em momento algum houve uma autocrítica, ou se o Executivo acha que a política é irreparável. Eu quero entender nessa oportunidade que estamos tendo de Comparecimento, qual é a posição, diante de tudo que aconteceu, do Executivo sobre o serviço oferecido pela pousada Garoa.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): Quero saudá-lo, Presidente Mauro Pinheiro, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, o Sr. Roberto Rocha, procurador do município; Fernando Ritter, secretário de Saúde; Cel. Evaldo, coordenador da Defesa Civil, Sr. Cristiano Roratto, da FASC; eu acho que o grande momento aqui é que eles possam falar. Nós estamos falando muito e estamos ouvindo pouco, essa é a realidade, eu gostaria muito – a maioria das perguntas vem ao encontro de todos nós – que vocês pudessem falar, a Defesa Civil, o nosso procurador-geral do Município, em relação ao contrato e outras questões, como licitação, etc. Isso tudo é importante para nós, mas eu tenho que dizer, Abigail, que a CPI é política, essa é a finalidade dela. Naturalmente nós precisamos é que a polícia dê o parecer, e tem que chamar, por exemplo, o dono da pensão Garoa – tem que chamar, tem que ser ouvido. Ele tem que falar, essa é a realidade! O que me chama atenção, Ver.^a Biga, é que eu vi um vídeo do Ver. Jonas lá dentro da FASC, ele e a Ver.^a Abigail, com uma funcionária da FASC, Jonas, criticando o secretário, ou seja, funcionário da FASC criticando o secretário! Visivelmente eleitoreira, ideológica, com um vereador lá, depois dessa tragédia em Porto Alegre, Ver. Cecchim, esse vereador fazendo reunião com um funcionário para achar culpado, para inventar, para fazer CPI. Pelo amor de Deus, essa não é hora de politicagem,

é hora de realidade, nós estamos tristes, nós todos. Eu vi muitos vereadores aqui falando bobagem e eu, cada vez me convenço mais, sempre digo, o político não veio de Marte, veio do meio da sociedade. Lamentavelmente, aqui não falam, mas lá fora viram um leão, eu vi muitos aí fazendo *fake news*, fazendo vídeos para ganhar voto. É época de eleição, todo mundo quer ganhar voto! Na realidade, o que nós precisamos é que seja apurado. Eu vi aqui, o Janta tem razão, secretário Voigt, V. Exa. tem que ser mais claro aqui na tribuna, o senhor não foi tão claro como eu vi hoje de manhã; o senhor foi mais claro, o senhor deu uma bela entrevista na Gaúcha, mas aqui o senhor está se contendo agora. O senhor tem que falar a verdade, não precisa CPI para falar a verdade, o plenário aqui é soberano, nós podemos dizer aqui, mas eu acho que dá para falar mais, e dá pra complementar o que a maioria dos vereadores perguntaram. Agora, uma coisa nós temos que ter cuidado: eu considero vocês todos aqui meus colegas. Quando nós perdermos a capacidade de confiança no colega, só tem uma saída: nós irmos para casa. Vamos mostrar um pouco de caráter nesse momento e menos politicagem nesse sentido. O caráter se consegue e se conhece muitas vezes nestes momentos, momentos difíceis da sociedade porto-alegrense, difícil para todos nós. Então eu acredito que tem muita coisa para ser apurada, o Ministério Público vai saber, o dono da pousada vai ser indiciado pela Polícia Civil, vai dar seu depoimento, vai dizer muitas coisas. Agora nós temos que aprender, e volta e meia nós estamos aprendendo e parece que não sabemos o que fazer. Gostaria que vocês falassem mais sobre essa tragédia. Nós estamos acompanhando muito pela imprensa, e olha, a imprensa está sendo valiosa nesse momento. Eu estou acompanhando pela imprensa. Agora, quem tem que analisar conteúdo somos nós, e nós estamos vendo coisa que não nos agrada e que tem que ser desmistificado nesse momento. Um abraço a todos. Meu posicionamento é esse e gostaria muito da opinião de vocês.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Cidadãos e cidadãs, aqui muitas palavras foram ofensivas em relação ao GHC. Passo a última informação que recebi há poucos minutos do diretor administrativo João Motta. Segundo João Mota, diz o seguinte: “O Grupo Hospitalar Conceição abriu processo de chamamento público, e a única empresa que se apresentou foi a rede de pousada Garoa em outro endereço. O GHC, no entanto, rescindiu o contrato que havia sido firmado em 2022 com a referida pousada para utilização pelos residentes. Não foi empenhado nenhum valor para essa empresa, pois nunca foi necessário utilizar este contrato”. Esclarecido, creio eu. Eu diria o seguinte: eu gostaria, como muito cidadão de Porto Alegre, de ver aqui, junto com os secretários, o prefeito municipal; é, o prefeito municipal, Sebastião Melo, porque na volta dele no interior naquela manhã muito triste dos porto-alegrenses, dia 26, todos nós ficamos estarecidos de como o poder público pode credenciar uma entidade para levar uma certa dignidade, com tamanha incapacidade de gestão, até porque jamais se imaginaria que o poder público, independente de quem

quer fosse, pudesse credenciar uma entidade em que os quartos ou os ambientes oferecidos eram totalmente insalubres, denunciados pelo Conselho Municipal de Assistência Social. Eram sem janelas, sem ventilação. É inadmissível! Queremos entender como o poder público não chama para si, nesse momento, a responsabilidade e diga que vai mudar a lei – que vai mudar a lei –, e muitos inclusive falam que a lei é federal. A lei é de autoria do vice-prefeito de Porto Alegre e do Camozzato. É a lei que nós aqui discutimos há poucos anos, e ela foi debatida e aprovada pela base do governo, isentando então que a área da assistência, e se referindo inclusive a pousadas que ofereciam baixo risco que pudessem, enfim, não apresentar alguns documentos, dentre eles, possivelmente, o governo se eximindo do PPCI. Mas, secretários, tanto o Léo como o da assistência, o presidente da FASC, lamentavelmente, será que não dói no coração quando a gente vê tamanha ousadia desses cidadãos que querem fazer, ou fundar, ou instituir uma entidade de fundo de quintal, muitas vezes sem a mínima condição; no caso aqui, chaveada, gradeada com cadeado. Vocês sabiam disso, presidente da FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania –, e secretário? Vocês sabiam disso? Que estava sendo acorrentada, chaveada, e que não havia possibilidade de sair nem de adentrar? Quantas pessoas a FASC cadastrou para essa entidade? Quais são o nome deles? Tem três pessoas que ainda não sabemos o nome. Como vocês pagavam essa entidade? Através do quê? Quantos nomes estavam lá? Vocês estão pagando quanto por mês para essa ali na Farrapos? Tem muitas perguntas que estão no ar. Tem muitas perguntas que estão no ar, dentre elas, eu diria, a da Rosane de Oliveira, que fala no jornal, hoje, o seguinte: “O pior incêndio desse milênio na capital”. Olha que ela está falando de mil anos. O pior incêndio que aconteceu na nossa querida Porto Alegre, o poder público ainda não conseguiu convencer a população de que estava tudo legalizado. Um está empurrando para o outro, é um empurra-empurra, como muitos dizem. Lamentavelmente, nós buscamos respostas.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Tempo, vereador.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): E, se os senhores não derem, nós convocaremos o prefeito municipal de Porto Alegre. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Sr. Adeli Sell está com a palavra.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Mauro, a maior parte das perguntas, eu creio que já foram feitas. Vou tentar dar uma contribuição, como ex-secretário municipal da Produção, Indústria e Comércio, porque a gente precisa ter muito cuidado com essa questão do licenciamento. Eu, inclusive, fui vítima de algumas exigências e paguei um preço muito alto, mas eu não me arrependo, meu caro procurador, que sempre é uma pessoa que acompanha esses graves problemas das administrações, e, no caso, da nossa. Eu estou já avisando aos colegas e ao governo que protocolizei cuidadosa e

meticulosamente um projeto de lei sobre o auxílio-moradia. Já aviso a quem quiser, depois, farei algo semelhante sobre a questão do auxílio-moradia, porque eu verifiquei que a nossa legislação é imprecisa, e isso nos vai causar aluguel social, é disso que eu estou falando, e o auxílio-moradia que, no caso, é esse que eu estou falando que a Secretaria de Desenvolvimento Social é responsável. Precisamos tratar disso. A outra questão que tanto se falou aqui é a questão da lei que trata, se precisa ou não precisa ter alvará, o tipo de comércio, serviço, etc. e tal. Isso nós temos também que regrar melhor, passado esse período que nós tivemos aqui, porque eu acho que abrem as condições para que, numa leitura apressada, não se cobre o PPCI, etc. e tal. Então, como eu já me senti contemplado com as perguntas, eu quero dizer clara e objetivamente: nós temos que melhorar a legislação porto-alegrense. Não é só nessa questão, mas já anunciei dias atrás aqui a questão das patinetes. Nós temos a questão das calçadas... De um tempo para cá, há um certo desregramento na cidade e uma abusividade que criam um clima muito perverso para a cidade. Então eu levanto essas questões, nós vamos continuar nesse processo de perguntar, porque, afinal de contas, perguntar, Léo, não ofende. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Como não temos mais nenhum vereador inscrito, então vamos passar a palavra aos secretários e para o procurador-geral.

SR. ROBERTO ROCHA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, começo explicando, do ponto de vista da Procuradoria, que o nosso objetivo tem sido, por determinação do prefeito, exatamente dar formalidade, dar o procedimento para apurar todas essas dúvidas, todos esses questionamentos que Vossas Excelências colocaram neste dia e que vêm também sendo ventilados pelos órgãos de comunicação. A primeira medida, do ponto de vista jurídico, era exatamente abrir um procedimento, porque, para eventual responsabilização, nós temos que documentar, nós temos que cumprir, observar o devido processo legal, temos que ouvir as pessoas, dar o direito de defesa. O direito nos coloca nessa contingência de levar mais tempo do que nós gostaríamos para chegar nas respostas, mas, efetivamente, todas as perguntas que foram colocadas aqui são exatamente um passo muito importante para que, ao longo desse procedimento que já se iniciou, nós possamos esclarecer e, a partir disso, aplicar a legislação, tomar as providências cabíveis. Sobre as perguntas diretamente, eu começo pela pergunta da Ver.^a Fernanda Barth, junto com o Ver. Ramiro Rosário, sobre a questão do PPCI. Está aqui o coronel Evaldo, que, obviamente, é especialista nisso, mas podemos dizer o seguinte: nós não podemos confundir alvará de licenciamento com alvará de prevenção de incêndio ou alvará de bombeiros. Nós temos um Estado que é uma federação, três níveis, existem níveis de competências legislativas e administrativas federal, estadual e municipal. Isso não quer dizer que uma queira se eximir da responsabilidade, na verdade, são âmbitos de atuação. Na questão do alvará de funcionamento, nós temos a atribuição do Município, há uma lei municipal que espelha a legislação federal, e não poderia ser diferente, porque há também uma certa hierarquia. Nós podemos legislar sobre questões de interesse local, mas o arcabouço geral é dado

pela lei federal. A Lei da Liberdade Econômica veio nesse sentido, mas, de maneira nenhuma, em momento algum, eximiu, flexibilizou, se imiscuiu na questão da segurança contra incêndio, isso é tratado em outra legislação. São áreas de atuação distintas, e, no processo de contratação e na execução do contrato que nós estamos tratando, a gente vai ver que, como foi lido aqui, eu acho que foi o próprio Ver. Janta que citou a cláusula do contrato, em momento algum o poder público municipal eximiu o proprietário da responsabilidade por cumprimento das normas federais e estaduais. No caso específico mais importante, nós estamos discutindo a questão da prevenção contra incêndio, é atribuição estadual, não poderia o Município ser mais rigoroso, ou menos rigoroso. Hoje – não é, coronel Evaldo? – há dispositivo, há regulamentação específica atribuindo essa responsabilidade à autoridade estadual, o Corpo de Bombeiros tem a atribuição exclusiva, não significa que, na fiscalização do contrato, o Município deixe de observar se as outras normas... No edital, a questão do edital foi específica. É, eu não conheço o contrato do POP, vereadora, agradeço e vou verificar, vou pedir para que me tragam esse processo, vamos ver. Houve um questionamento se colocar – o entendimento que prevaleceu ali é nosso – na contratação, no edital do credenciamento, foi exigida a documentação da Lei de Licitações. No contrato, foi exigido, então, que se cumprisse as outras legislações. E depois é observado ao longo da fiscalização. Então, agora o que vai ser... Dentre as muitas indagações que nós vamos enfrentar, grande parte delas aqui foi suscitada pelos Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, agora nós vamos verificar também a forma de fiscalização e tudo mais. Nós não podemos, como no caso aqui, até autoridade processante, firmar um juízo de valor antecipado, sob pena às vezes até de comprometer a uma eventual responsabilização, a higidez de uma responsabilização que, porventura, possa acontecer. Então o que nós vamos verificar... E por isso essas vistorias, o que está se fazendo agora não é o que deveria ter sido feito antes. Nós estamos exatamente visitando os lugares para ver o que foi feito, como é que funcionou, é o primeiro passo. Fomos ver *in loco* a realidade, a partir disso vamos confrontar com os documentos e, depois, vamos tomar as conclusões esperando responder cada uma dessas perguntas. Mas o que nós já podemos dizer agora, e eu tenho certeza que o procedimento adotado por esta administração deve ter sido idêntico ao procedimento do órgão federal aqui citado, vamos ver, tanto que parece que os processos de licitação tiveram mais ou menos um resultado parecido também, só um se habilitou. E foi suscitada aqui uma questão importante: será que não está restringindo muito, já que teve um só? Esta é uma das questões: colocar no edital determinadas exigências que não são de atribuição municipal, normalmente, elas geram impugnação pelos órgãos de controle, no sentido que se estaria limitando a concorrência. Então, por isso que a prática é de colocar no contrato e exigir ao longo da fiscalização. Essas respostas de como aconteceu no fato no caso concreto serão apuradas e nós vamos voltar, se for necessário, se os relatórios não forem suficientes, nós vamos voltar aqui para responder. Mas todas as perguntas que foram ventiladas aqui ajudarão a nortear os trabalhos que agora já se iniciaram, dessas comissões sindicantes, a investigação preliminar sumária e tudo que é cabível. Secretário Léo Voigt, então, acho que com

relação às outras perguntas, eu gostaria que o coronel Evaldo, se puder, esclarecesse a questão específica dos bombeiros.

SR. EVALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA JÚNIOR: Sr. Presidente, senhores e senhoras vereadores, integrantes do governo, muito sucintamente, em complemento ao pronunciamento do procurador-geral Roberto Rocha, dizer, primeiramente, que o trâmite processual para a obtenção de um alvará de prevenção contra incêndio não tramita na esfera municipal; ele começa por iniciativa do proprietário/usuário da edificação, e, nesse rito, através de notificações, de advertências, de multas e até mesmo de uma possível interdição, faz parte de uma relação entre esse proprietário/usuário do imóvel e o órgão estadual, que é o Corpo de Bombeiros Militar que eu não represento aqui neste momento. Embora eu tenha atuado por 32 anos no serviço público estadual e concluído a minha atividade na corporação de Corpo de Bombeiros, eu não tenho procuração para falar por eles aqui neste momento, e eu não represento o Corpo de Bombeiros aqui neste ato e, sim, o órgão municipal que é a Defesa Civil de Porto Alegre. Então, para mim, embora não tendo essa procuração, mas querendo prestar os esclarecimentos necessários, é muito transparente que a legislação estadual de proteção e prevenção contra incêndio não se confunde com a legislação municipal da liberdade econômica. Uma coisa não exclui a outra, elas se complementam. Ter um incentivo, ter alguns benefícios para obtenção de um alvará de funcionamento não isenta o proprietário/usuário da edificação de cumprir com a legislação estadual de proteção e prevenção contra incêndio. Assim como não o exclui, não o isenta de cumprir uma eventual legislação federal.

Eu fico inteiramente à disposição de todos. O meu conhecimento pode estar um pouco desatualizado, porque, em 2018, eu deixei as fileiras do Corpo de Bombeiros, mas eu tenho o maior interesse em conversar com todos os senhores e senhoras e buscar aquelas respostas que, porventura, a gente não tenha de pronto. Fico à disposição de todos.

SR. FERNANDO RITTER: Sr. Presidente, primeiro é importante a gente reforçar algumas questões que foram colocadas, e eu me coloco como servidor público, que trabalhou anos na fileira da fiscalização junto à vigilância em saúde, que também tem um papel importante de processos. Não fiscalizamos diretamente isso, porque não compete à vigilância, não precisa ter alvará sanitário para ter isso, mas é importante destacar. Queria reforçar que a vinda aqui na Câmara foi uma orientação inclusive do nosso prefeito para a gente poder esclarecer. Eu espero que a gente possa esclarecer, e aquilo que não for esclarecido, a gente vai poder escrever isso por detalhes, e a gente anotou cada um desses pedidos. Queria primeiramente fazer algumas correções: não foram quinze hospitalizações, foram oito hospitalizações, sete atendimentos e liberações, e, neste momento, nós temos quatro pessoas no Hospital de Pronto Socorro, uma pessoa no Hospital Cristo Redentor e uma pessoa no Hospital Santa Ana. Um que inspira mais cuidados, os demais estão sob controle, isso pelo trabalho feito pelas equipes.

Com relação à fiscalização, eu precisava dizer aqui, porque isso incomoda muito, porque as pessoas acham que a fiscalização, ou a ação da força-tarefa que foi determinada pelo prefeito Sebastião Melo aconteceu posterior ao evento. Na realidade, esta não é uma fiscalização pura e simples, a gente está indo nas pousadas fazendo esta ação, principalmente para podermos ter uma ideia de como é o *modus operandi* daquela instituição. Porque, infelizmente, naquela que queimou, a gente não tem como voltar no tempo e poder ver isso. E o papel dessa fiscalização não é corrigir uma falha anterior pelo contrário, é importante a gente frisar que isso é para a gente ter base e parâmetro para ver se o *modus operandi* daquele espaço que, infelizmente, vitimou dez pessoas, também se confirma em outras situações ou não. A gente precisa, obviamente, com isto... A gente não tem o papel de fiscalizar o PPCI e nenhuma questão, porque isso compete ao governo do Estado e aos Bombeiros. Nós não temos *expertise* para isso, e a gente cumpriu as regras que estão expostas, e foi bem colocado pelo nosso procurador, dentro da licitação e dos contratos. Então, gente, eu acho que julgar e condenar em 15h, em 12h, é no mínimo a gente não respeitar a questão da ação que está sendo feita pelos órgãos responsáveis para poder identificar a causa desse incêndio. Ninguém sabe a causa, se foi uma questão estrutural, se foi algum incêndio provocado, se foi um incidente causado por alguma das pessoas que lá estavam. E isso não está em pauta aqui dentro desse processo, mas, sim, julgar e condenar sem antes a gente respeitar os órgãos de controle. Então, preciso finalizar isso para dizer o seguinte: nós não faremos absolutamente nenhum posicionamento de julgamento sem antes ter todos os elementos necessários para que possamos tomar atitudes, para que ações como essas não se repitam, e isso não está dizendo que não foi feito, porque teve, sim, fiscalização dentro do escopo que compete ao serviço responsável por isso. Está bem? Precisava encerrar isso. Obrigado, vou passar agora para o Cristiano.

SR. CRISTIANO RORATTO: Bem, eu anotei todas as perguntas que eu consegui compreender como perguntas de cada um, e eu acho que tem perguntas que são de informação, e são importantes se está faltando informação; há perguntas que são de esclarecimento, e que é importante que nós venhamos aqui e esclareçamos; e há perguntas que sugerem encaminhamentos futuros, que eu queria inclusive valorizar e incorporar, porque de fato algumas revisões e alguns reordenamentos nós vamos ter que fazer para o futuro. Mas diz aqui o Presidente que a sessão vai encerrar em seguida. Então, eu não sei qual é o melhor encaminhamento, eu não posso enfrentar as três folhas de perguntas que eu anotei. Eu vou propor o seguinte encaminhamento: vou um a um fazer por escrito as respostas e enviar para o respectivo vereador. Não sei se isso satisfaz. Ou a gente encaminha...

(Aparte antirregimental.)

SR. CRISTIANO RORATTO: Encaminha para a Câmara citando o nome dos vereadores que fizeram a pergunta para até poder se identificar. Eu vou fazer todas as respostas por escrito.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Não, porque eu estou aqui...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A sessão termina às 19h02min.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Tudo bem, mas como sempre se pode prorrogar a sessão, como o senhor sabe muito bem. E foram feitas várias perguntas, em particular não sei se o Ver. Janta... O Ver. Janta está aqui ainda. O Ver. Janta fez uma pergunta que é quase um roteiro básico para investigar o mínimo, que é sobre a questão da fiscalização. Nós ficamos aqui todo esse tempo e não termos nenhuma resposta...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Não, tivemos três secretários.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Sim, tem. Eu gostaria, sobretudo, sobre a intervenção do Ver. Janta, que nós pudéssemos ter. Quais são os responsáveis da fiscalização básica, na ponta? Mais 20 minutos os vereadores estão dizendo, para que haja uma explicação, porque sem explicação nenhuma nós vamos sair daqui.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O secretário da FASC vai responder.

SR. CRISTIANO RORATTO: Se me permite, Presidente, queria poder fazer uma saudação, nesse sentido, seguimos ainda consternados com a situação que aconteceu. Eu não vou poder responder a todas as provocações, mas o secretário Léo também tem registrado aqui, eu queria poder dizer que os fiscais do contrato e do serviço são todos servidores públicos de carreira. Mas o senhor fez a pergunta, vereador, eu respondi. Eu tenho os nomes aqui, eu posso, depois, a pedido da Câmara...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Se quiser falar, já pode falar o nome, se é público.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Que providências foram tomadas pelo governo? O contrato dessa pousada segue vigente? Sim, acho que temos que prorrogar a sessão, é evidente que eu acho que tem que prorrogar a sessão. O contrato dessa empresa segue vigente. Quer dizer, para mim, são coisas inacreditáveis. Mas não é só para ele citar o nome. Eu não quero só saber quem é. Eu quero saber o que foi feito. Se os fiscais foram chamados? Se o fiscal deu explicação? Se a pousada foi interditada? Se não foi interditada?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): São 19h02min, o tempo da sessão expirou. Vamos encerrar a sessão. Para nós abrirmos uma sessão extraordinária, temos que ter quórum. Aí depende dos vereadores. Convido os vereadores para se aproximarem da Mesa. (Pausa.) Estão encerrados os trabalhos da presente sessão. Por acordo dos líderes, convido os Srs. Vereadores para a 004ª Sessão Extraordinária a ser realizada a seguir.

(Encerra-se a sessão às 19h02min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *